RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/SE



FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SERGIPE





RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno expedidas pela Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010.

SUMÁRIO

1.	INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	5
	1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual	5
	1.2 Introdução	6
2.	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E	
۷٠	FINANCEIRA DA UNIDADE	7
	2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	7
	2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades Institucionais	9
	2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	10
	2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	10
	2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ	30
	2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	39
	2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	39
	2.4.3 Programação de Despesas de Capital	39
	2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	39
	2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa	40
	2.4.4.2 Execução Orçament. de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	40
	2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por	+0
	Movimentação	40
	2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por	70
	Movimentação	40
	2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por	
	Movimentação	41
	2.4.7 Indicadores Institucionais	43
	2.1.7 Indicadores instructionals	13
4.	INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A	
	PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	46
	4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	46
	4.2 Análise Crítica	46
5.	INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	47
	5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	47
	5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da UJ	47
	5.1.2 Situações que reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ	47
	5.1.3 Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da UJ	48
	5.1.4 Qualificação do Quadro e Pessoal da UJ segundo a Idade	48
	5.1.5 Qualificação do Quadro e Pessoal da UJ segundo a Escolaridade	48
	5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	49
	5.3 Composição do Quadro de Estagiários	50
	5.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ	51
	5.5 Terceirização de Mão de Obra empregada pela UJ	52
	5.5.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	
	Ostensiva pela UJ	52
	5.5.4 Informações sobre locação de Mão de Obra para atividades não abrangidas pelo	
	Plano de Cargos do Órgão	52
	5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	53
6	INEODMA CÕES SODDE TO ANSEEDÊNCIA S	50
o.	INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS 6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos Convênios, Termos de Cooperação	53
	0.2 informações soure a prestação de comas relativas aos Conventos, relinos de Cooperação	

	e Contratos de Repasse 6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de Convênios e de Contratos	53
	de Repasse 6.3 Análise Crítica	54 55
7.	DECLARAÇÃO REFERENTE A CONTRATOS E CONVÊNIOS 7.1 Modelo da Declaração de Atualização de dados no SIASG e SICONV	56 56
8.	INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS 8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93 8.2 Análise Crítica	58 58 58
9.	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO 9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ	59 59
10.	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	60 60
11.	INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO 11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	62 62
13.	INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO 13.1 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo 13.1.1 Relação dos Portadores de Cartão de Crédito Corporativo na Unidade e utilização no exercício 13.1.2 Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade	67 67 o 67 67
15.	INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU 15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício 15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício 15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício 15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	68 68 71 73 75
16.	INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO 16.1 Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendidas no exercício 16.2 Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento	79 79 88
17.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	95
18.	RESULTADOS E CONCLUSÕES	96

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 -	Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual	5
	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	10
	Execução Física das Subações realizadas pela UJ	30
-	Identificação das Unidades Orçamentárias	39
	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	39
	- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	40
~	- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por	
	Movimentação	40
Ouadro A.2.13	- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por	
	Movimentação	41
Quadro A.4.1 -	Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	46
~	Força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011	47
	Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011	47
-	Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas - Situação	
	apurada em 31/12/2012	48
Quadro A.5.4 -	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12/2011	48
-	Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em	
	31/12/2011	48
Quadro A.5.6 -	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011	49
	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011	49
	Composição do Quadro de Estagiários	50
-	Quadro de Custos de Pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	51
	- Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	52
	- Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	52
-	Resumo de Prestação de Contas sobre transferências Concedidas pela UJ na	
	Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse	53
Quadro A.6.5 -	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contrato de Repasse	54
Quadro A.7.1 -	Modelo de Declaração de Inserção e Atualização dos dados no SIASG e SICONV	56
Quadro A.8.1 -	Demonstrativo de Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de	
	entregar a DBR	58
Quadro A.9.1 -	Estrutura de Controles internos da UJ	59
Quadro A.10.1 -	- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	60
Quadro A.11.1 -	- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	62
Quadro A.11.3 -	- Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	64
Quadro A.13.1 -	- Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	67
Quadro A.13.2 -	- Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	67
Quadro A.15.1 -	- Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício	68
Quadro A.15.2 -	- Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no	
	exercício	71
	- Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	73
Quadro A.15.4 -	- Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes no exercício	75
Quadro A.16.1 -	- Informações sobre Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria	
	Interna atendidas no exercício	79
Quadro A.16.2 -	- Informações sobre Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria	
	Interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência	88
Quadro B.1.2 -	, ,	
	a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ	95

1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1. Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação										
Poder: Executivo										
Órgão de Vinculação:	Órgão de Vinculação: Ministério da SaúdeCódigo SIORG: 99999									
Identificação da Unidade Jurisdicionada										
	Denominação completa: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe									
Denominação abreviada: Suest/SE										
Código SIORG: 2207Código LOA: 36211Código SIAFI: 255026										
	Situação: ativa									
Natureza Jurídica: Fun										
Principal Atividade : Pr		ama de Saúde	T	Código CNAE: 8412-4/00						
Telefones/Fax de co	(- ,	9) 3259-1419	(079) 3259-1711	(079) 9939-5590						
E-mail: corese.gab@fur										
Página na Internet: htt										
Endereço Postal: Aven		leves, 5425 – Bairro Ja	abotiana							
Aracaju/SE – CEP: 49.0										
		nas relacionadas à U								
				16 de abril de 91, e em conformidade						
				Diário Oficial da União, do dia 10 de						
força do Decreto nº 7.33				to interno da Funasa. Reestruturada por						
Torça do Decreto II 7.55	3, de 19/10/20	10, publicado ilo DOC	de 20/10/2010.							
Outras normas infralega	is relacionadas	à gestão e estrutura de	a Unidade Iurisdio	rionada						
Outras normas miratega	is relacionadas	a gestao e estrutura da	d Offidade Julisaie	ionada						
Manuais e publicações r	elacionadas às	atividades da Unidade	· Iurisdicionada							
Transact pasticações i	ciacionacas as	-	, varisareronaca							
	Unidades Ges	toras e Gestões relacio	onadas à Unidade .	Jurisdicionada						
	Unidades	Gestoras relacionada	s à Unidade Juri	sdicionada						
Código SIAFI			Nome							
255026			SUEST/SE							
	Gest	ões relacionadas à U		nada						
Código SIAFI			Nome							
36211			FUNASA							
00211	Relacio	onamento entre Unid		Gestões						
Código SIA				Código SIAFI da Gestão						
<u> </u>	255026			36211						
L			ı	- /=						

1.2 INTRODUÇÃO

Fruto da participação coletiva, emanado da ação contundente de todos os segmentos operacionais desta instituição de saúde pública, o presente Relatório de Gestão entendido como peça importante da prestação de contas anual, tem o objetivo precípuo de demonstrar o desempenho da Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe (Suest/SE), no período compreendido de janeiro a dezembro de 2011.

Como de costume, no decorrer do referido exercício, a Suest/SE teve como norte o cumprimento de sua missão institucional da promoção à saúde, alicerçada na prevenção e controle de doenças por meio de ações de saneamento ambiental, garantindo, assim, a integridade dos princípios ideológicos e doutrinários que fundamentam a busca pela melhoria da qualidade de vida da população do nosso Estado.

Em consonância com as metas do Plano Plurianual 2008-2011 - definidas para acompanhamento da execução físico-financeira das ações de nível nacional — e visando dar maior transparência a estas, além de demonstrar o desempenho da Unidade Jurisdicionada, esta Suest/SE apresenta seu Plano Operacional (PO) e o insere no Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS (PlamSUS).

É nesse contexto que o Relatório de Gestão – Exercício 2011, para além de constituir-se como um referencial das ações previstas e realizadas, apresenta-se, também, como um instrumento que possibilita, junto aos órgãos fiscalizadores e à sociedade em geral, o seu controle externo.

A seguir listamos os Itens e Subitens que "NÃO SE APLICAM A NATUREZA JURÍDICA DESTA UJ": 2.4.2 Programação de Despesas Correntes e 2.4.3.1 Resumo da Programação de Despesas (as operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa); 2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ (esta UJ não possui créditos iniciais recebidos diretamente da LOA); 5.5.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão e 5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados (não existe no âmbito desta Suest/SE nenhum contrato cujo objeto seja a terceirização de mão de obra administrativa); 6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício (a Suest/SE não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades); 12. Informações sobre Gestão de Tecnologia da Informação (a Suest/SE não possui uma estrutura formal de Tecnologia da Informação, pois esta responsabilidade é de competência da Presidência da Funasa); 14. Renúncia Tributária (a Suest/SE não executa renúncia tributária, pois a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência da Funasa

Por fim, listamos o Item 3. Informações sobre Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (não há registro nas contas contábeis desta Suest/SE) e o Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros (não existe nesta Suest/SE imóveis locados de terceiros), tendo em vista que "NÃO HÁ OCORRÊNCIAS NO PERÍODO".

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Ressaltadas as restrições orçamentárias e financeiras - devido às disponibilidades para as unidades jurisdicionadas - é de fundamental importância administrar com transparência, seriedade, honestidade e respeito, premissas fundamentais sem as quais o desenvolvimento dos processos de trabalho pertinentes as instituições públicas sofrem prejuízos irreparáveis.

Através da observância dessas premissas, a Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe tem atuado implementando ações de saúde e vigilância voltadas às ações de saneamento ambiental, para prevenção e controle de agravos, em municípios de até 50 mil habitantes e em populações consideradas vulneráveis (remanescentes de quilombos e assentamentos da reforma agrária), objetivando o alcance das metas nacionais.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. Coube a Funasa, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

No que concerne a este aspecto, apesar da existência no Estado de uma aldeia indígena "Xocó", com população de 364 (trezentos e sessenta e quatro) índios, localizada no município de Porto da Folha, fronteira com o Estado de Alagoas, a atenção integral a saúde dessa comunidade sempre foi de inteira responsabilidade da Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas, cabendo apenas para esta Suest/SE, o atendimento a indígena em trânsito.

Com relação ao seu quadro de pessoal este sofreu uma redução, com a redistribuição para o Ministério da Saúde, de 375 (trezentos e setenta e cinco) servidores que se encontravam na condição de cedidos ao SUS, para desenvolverem atividades de combate e controle de endemias, de acordo com a Portaria nº 1659/2010, de 29/06/2010, publicada no DOU de 02/07/2010, todos esses servidores, inclusive os motoristas, tiveram suas redistribuições efetivadas no SIAPE, no mês de fevereiro de 2011.

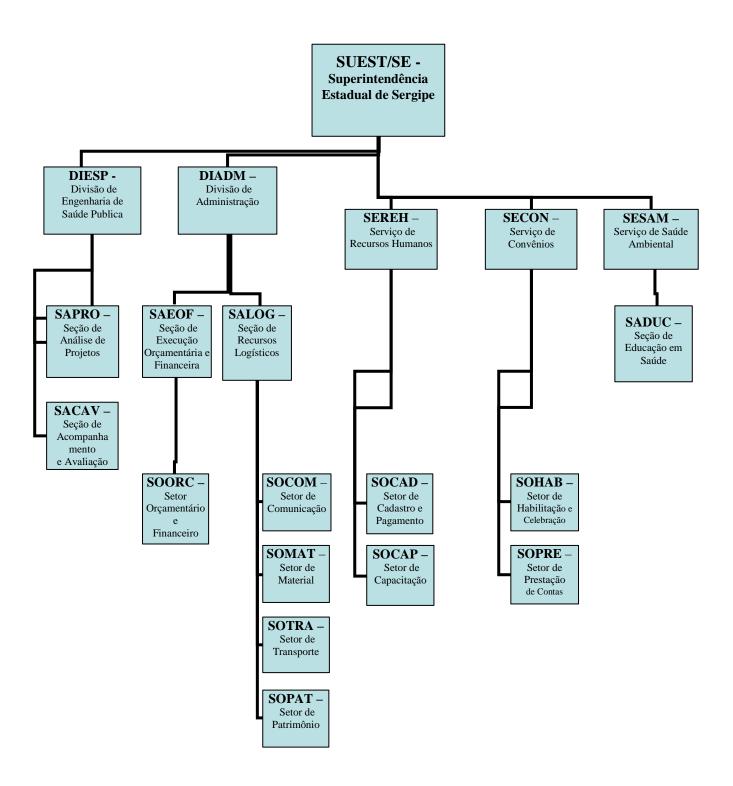
Esta Superintendência é ainda responsável pela administração, no que se refere ao cadastro e folha de pagamento de pessoal, de 1.028 (um mil e vinte e oito) servidores, conforme situação apurada no Siape em 31/12/2011, sendo 73 (setenta e três) ativos permanentes; 04 (quatro) nomeados para cargo comissionado; 02 (dois) contratos temporários; 174 (cento e setenta e quatro) cedidos a Estado e Municípios; 03 (três) cedidos ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE) e 01(um) à Controladoria Geral da União (CGU); 01 (um) em exercício descentralizado; 367 (trezentos e sessenta e sete) aposentados; 375 (trezentos e setenta e cinco) beneficiários de pensão e 28 (vinte e oito) estagiários.

Como já estabelecido, em virtude do novo Estatuto e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas regulamentados através Decreto nº 7.335, de 19/10/2010, a Funasa passou por uma reestruturação organizacional, com a inserção das atribuições voltadas às Ações de Saúde Ambiental, conforme reza no seu art. 2º, descrito abaixo:

Art. 2º À FUNASA, entidade de promoção e proteção à saúde, compete:

- I fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças; e
- II formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

Dessa forma, a Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe, passou a operar conforme organograma abaixo:



2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

O bem planejar tem sido uma estratégia que historicamente a nossa instituição utiliza como instrumento básico visando o aprimoramento organizacional de sua gestão, assim como a melhor execução de suas ações e formas de intervenção junto às populações sob sua responsabilidade, concentrando, assim, esforços para cumprimento da sua missão institucional. Assim operando, tem possibilitado a redução de indicadores de morbimortalidade e à prevenção e controle de agravos

Esta Suest-SE por meio da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp) e do Serviço de Saúde Ambiental (Sesam), tem, sagazmente, atuado na implementação dessas ações para assim alcançar as metas institucionais estabelecidas - contemplando comunidades rurais, centros urbanos, populações consideradas vulneráveis, bem como áreas de relevante interesse epidemiológico. As principais ações de responsabilidade desta Suest/SE, constantes no seu Plano Operacional (PO), contemplam ações do Governo Federal estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), nas áreas de Saneamento Ambiental e Saneamento Rural, quais sejam: Sistemas Públicos de Abastecimento de Água; Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário e Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos; Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares; Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental; Melhorias Habitacionais para o Controle de Doenças de Chagas; Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais e Melhoria do Serviço de Saneamento em áreas Rurais e Especiais (quilombolas e assentamentos de reforma agrária).

Como toda Superintendência, Convênios ou Termos de Compromisso têm sido a forma legal através das quais a nossa Suest-SE faz chegar às comunidades as ações acima explicitadas e no decorrer do exercício de 2011, a Divisão de Administração desta Superintendência, conjuntamente com suas Seções, Setores e Comissão Permanente de Licitação (CPL), manteve sua proposta estratégica de diversificar e ampliar os seus processos de trabalho, mediante a celebração e manutenção de contratos com empresas concessionárias; prestadoras de serviços com locação de mão de obra; fornecedoras de materiais de consumo; entre outros, proporcionando uma administração transparente, com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados e, consequentemente, da gestão.

Trabalho incansável e determinação extrema na busca da melhor maneira de bem exercer a sua missão institucional continuou sendo premissas reais por parte dos que fazem a nossa Suest-SE, em detrimento da existência de problemas históricos, como o de Recursos Humanos e infra-estrutura predial.

O prédio desta Suest/SE continua a apresentar diversos problemas de ordem estrutural, estendendo-se estes as suas redes elétrica, hidráulica e lógica - devido não possuir contrato de manutenção predial adequado a sua realidade -, sendo que os reparos efetuados de forma pontual durante os exercícios de 2010 e 2011, não se mostraram suficientes. Nesse particular estamos fazendo constar essa necessidade premente como um dos problemas a serem enfrentados no ano de 2012.

No que diz respeito ao quadro de pessoal desta Superintendência, a problemática continua intensa e acreditamos que a única estratégia que, realmente, solucionará a extrema precariedade para a área reside na realização de Concurso Público. Só assim faremos frente ao considerável número de servidores administrativos que aderiu ou vem aderindo a aposentadorias; à redistribuição para outros órgãos, cessão para o SUS; TRE e CGU, assim como, afastamentos por motivo de licenças para tratamento de saúde e óbitos, o que de certa forma, interfere negativamente no desenvolvimento dos nossos processos de trabalho.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadros A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.

Identificação do Programa de Governo									
Código n	Código no PPA 0122								
Denomin	Denominação Serviços Urbanos de Água e Esgoto								
Tipo do l	Tipo do Programa Finalístico								
Objetivo	Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.							rio e resíduos	
Objetivos Específicos Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.									
Gerente		Leodegar d	a Cunha Tiscoski	- Minis	stério das	Cidades			
Público A	Alvo		urbana de menor i em periferias de g						
		Informações or	çamentárias e fii	nanceir	as do Pro	ograma			Em R\$ 1,00
	Dotaç	ão	Despesa		Des	pesa	Restos a Pagar		Valores
Ini	cial	Final	Empenhada	a	-		não	processados	Pagos
Não se	Aplica	Não se Aplica	664.395,22		483.3	81,62	1	81.013,60	300.890,15
		Inf	ormações sobre o	os resul	ltados alc	ançados			
	Indicador (Unidade medida)		Referência					Índice	Índice
Ordem			Data	Índic	ce inicial Índice final		inal	previsto no exercício	atingido no exercício
1		se Aplica							
Fórmula	de Cálculo								
Fórmula Não se A	de Cálcul o plica	do Índice							
Fórmula Não se A Análise d	de Cálculo plica lo Resultad								
Fórmula Não se A	de Cálculo plica lo Resultad	do Índice							
Fórmula Não se A Análise d Não se A	de Cálculo plica lo Resultad plica	o do Índice lo Alcançado		Refe	erência			Índice	Índice
Fórmula Não se A Análise d	de Cálculo plica lo Resultad plica Indica	do Índice	Data	,	erência e inicial	Índice f	inal	Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
Fórmula Não se A Análise d Não se A Ordem	de Cálculo plica lo Resultad plica Indicad r Não	do Índice lo Alcançado dor (Unidade nedida) se Aplica	Data	,		Índice f	inal	previsto no	atingido no
Fórmula Não se A Análise d Não se A Ordem	de Cálculo plica lo Resultad plica Indicad	do Índice lo Alcançado dor (Unidade nedida) se Aplica	Data	,		Índice f	inal	previsto no	atingido no
Fórmula Não se A Análise d Não se A Ordem Fórmula Não se A	de Cálculo plica lo Resultad plica Indicac Não de Cálculo plica	do Índice lo Alcançado dor (Unidade nedida) se Aplica o do Índice	Data	,		Índice f	inal	previsto no	atingido no
Fórmula Não se A Análise d Não se A Ordem Fórmula Não se A	de Cálculo plica lo Resultad plica Indicac Não de Cálculo plica	do Índice lo Alcançado dor (Unidade nedida) se Aplica	Data	,		Índice f	inal	previsto no	atingido no
Fórmula Não se A Análise d Não se A Ordem Fórmula Não se A	de Cálculo plica lo Resultad plica Indica Não de Cálculo plica	do Índice lo Alcançado dor (Unidade nedida) se Aplica o do Índice	Data	,		Índice f	inal	previsto no	atingido no

Fonte: Sigplan

Justificativa: Os Indicadores do Programa são de responsabilidade da Presidência da Funasa.

Identificação da Ação

Denominação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.

Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.

Descrição: Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêem e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação

(48364) SUEST - SE - Apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento (PMSB)

		Unidade	Exercício 2011			
Descrição da Meta	Produto	de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %	
1. Apoiar tecnicamente municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico relativos a exercícios anteriores (2009 e 2010).	Municípios apoiados	Unidade	13	13	100	
2 .Analisar 100% dos planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB de exercícios anteriores (2009 e 2010)	Plano de trabalho e orçamento analisados	Unidade	11	11	100	
3. Participar de reuniões de sensibilização com os gestores dos municípios eleitos visando divulgar a elaboração do PMSB, relativas a exercícios anteriores (2009 e 2010)	Participação em reuniões	Unidade	13	13	100	
4. Participação em reuniões dos Comitês de Coordenação de elaboração do PMSB em caráter orientativo, relativas a exercícios anteriores (2009 e 2010)	Participação em reuniões	Unidade	18	2	11,11	
5. Participar de reuniões de mobilização social nos municípios eleitos para a elaboração do PMSB, relativas a exercícios anteriores (2009 e 2010)	Participação em reuniões	Unidade	36	24	66,67	
6. Analisar diagnósticos técnico- participativos dos PMSB, relativos a exercícios anteriores (2009 e 2010)	Diagnósticos analisados	Unidade	6	0	0	
7. Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR, relativos a exercícios anteriores (2009 e 2010)	Parecer elaborado	Unidade	2	0	0	

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta 4, parcialmente executada porque só foram liberados recursos para 2 (dois) municípios e que houve morosidade para iniciar as atividades, uma vez que só foram realizadas 2 (duas) reuniões, ou seja, uma em cada município.

Meta 5, foi cumprida parcialmente porque atingiu apenas os 2 (dois) municípios que tiveram recursos liberados.

Quanto à Meta 6, houve morosidade por parte da equipe responsável pela elaboração do PMSB, no cumprimento do cronograma, referente aos municípios com recursos liberados (dois).

Em relação à Meta 7, houve um equívoco na digitação do quantitativo no Plano Operacional, assim, onde se lê 22, leia-se 2. A meta não foi cumprida devido a morosidade por parte do gestor na formação dos comitês e da equipe responsável pela elaboração do PMSB dos municípios com recursos liberados (dois).

Identificação da Ação

Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.

Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação

(48305) SUEST - SE- Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

			Exercício 2011		
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %
1. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos, relativas a exercícios anteriores (2003 a 2007).	Visita preliminar realizada	Unidade	27	16	59,26

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta concluída parcialmente em função da priorização do PAC 2 e em razão de obras que não foram iniciadas.

Identificação da Ação

Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.

Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação

(48263) SUEST - SE- Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

			Exercício 2011			
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %	
1. Realizar entrevista técnica para obras de implantação de melhorias sanitárias domiciliares (PAC 2).	Entrevista técnica realizada	Unidade	3	3	100	
2. Realizar visitas técnicas para validação das entrevistas técnicas referentes à implantação de melhorias sanitárias domiciliares (PAC 2).	Visita técnica realizada	Unidade	9	9	100	

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta cumprida integralmente.

Identificação da Ação

Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.

Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação

(48287) SUEST - SE- Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

			Exercício 2011		
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %
1. Analisar projetos de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos, relativos exercícios anteriores (PAC 2007 a 2010).	Projeto analisado	Unidade	1	0	0
2. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos, relativas a exercícios anteriores (PAC 2007 a 2010).	Visita de acompanhamento realizada	Unidade	45	27	60

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

A Meta 1, não foi realizada devido ao cancelamento do convênio pelo nível central. Quanto à Meta 2, foi cumprida parcialmente devido a obras que não foram iniciadas, obras paralisadas e priorização do PAC 2.

Identificação da Ação

Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.

Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação

(48243) - SUEST-SE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água

		Unidade	Exercício 2011			
Descrição da Meta	Produto	de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %	
1. Realizar visita técnica para elaboração de projetos básicos de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água (PAC 2).	Visita técnica realizada	Unidade	30	30	100	
2. Realizar entrevista técnica para obras de implantação de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água (PAC 2).	Entrevista técnica realizada	Unidade	9	9	100	

3. Realizar visitas técnicas para validação das entrevistas técnicas referentes à implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água (PAC 2).	Visita técnica realizada	Unidade	8	8	100
---	--------------------------------	---------	---	---	-----

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta cumprida integralmente.

Identificação da Ação

Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.

Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação

(48285) - SUEST-SE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água

		Unidade		io 2011	
Descrição da Meta	Produto	de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %
1. Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a exercícios anteriores (PAC 2007 e 2009).	Projeto analisado	Unidade	1	0	0
2. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores (PAC 2007 e 2009).	Visita de acompanha mento realizada	Unidade	6	1	16,67

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta não executada devido ao cancelamento de convênio pela Presidência da Funasa.

Identificação da Ação

Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.

Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação

(48303) - SUEST-SE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água

		Unidade		Exercíci	io 2011
Descrição da Meta	Produto	de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %
1. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores (2003, 2005 e 2006).	Visita de acompanh amento realizada	Unidade	24	5	20,83

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta parcialmente concluída devido à priorização do PAC 2 pela Presidência da Funasa.

Identificação da Ação

Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.

Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação

(48244) SUEST -SE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário

Descrição da Meta	Produto	Unidade		Exercíc	io 2011
		de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado%
1. Realizar visita técnica para elaboração de projetos básicos de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário (PAC 2).	Visita técnica realizada	Unidade	10	10	100
2. Realizar entrevista técnica para obras de implantação de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário (PAC 2).	Entrevista técnica realizada	Unidade	27	27	100
3. Realizar visitas técnicas para validação das entrevistas técnicas referentes à implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário (PAC 2).	Visita técnica realizada	Unidade	25	25	100

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta cumprida integralmente.

Identificação da Ação

Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.

Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação

(48304) SUEST -SE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário

Descrição da Meta	Produto	Unidade		Exercíc	io 2011
		de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado%
1. Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos a exercícios anteriores (PAC 2007).	Projeto analisado	Unidade	1	0	0
2. Realizar visitas preliminares de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas exercícios anteriores (PAC 2007).	Visita preliminar realizada	Unidade	1	0	0
3. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas a exercícios anteriores (PAC 2007).	Visita de acompanhamento realizada	Unidade	3	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

A meta não foi executada devido ao cancelamento do convênio pela Presidência da Funasa.

Identificação da Ação

Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.

Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identi	ficação da subação						
(48286) SUEST -SE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário							
Descrição da Meta	Produto	Unidade		Exercíc	io 2011		
		de	Progra	Reali	Realizado/		
		Medida	mado	zado	Programado%		
1. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas a exercícios anteriores (2004 a 2006).	Visita de acompanhamento realizada	Unidade	15	5	33,33		

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta concluída parcialmente devido à priorização do PAC 2 pela Presidência da Funasa.

Identificação da Ação

Denominação: 20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano

Tipo de Ação: Atividade

Finalidade:. Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.

Descrição: Apoiar os municípios com até 50 mil hab no controle de qualidade da água

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificaçã	o da subação						
(48446) Suest - SE - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano							
		Unidade		Exercío	eio 2011		
Descrição da Meta	Produto	de Medida	Progr amado	Realiz ado	Realizado/ Programado %		
Adquirir a Unidade Móvel do Controle da Qualidade da Àgua - UMCQA	UMCQA adquirida	Unidade	1	1	100		

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta atingida. O processo licitatório foi concluído, o recurso está empenhado e a Unidade será entregue à Suest/SE em aproximadamente 90 dias, ou seja, fevereiro ou março de 2012.

Identificação da Ação

Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental

Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.

Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação (48363) SUEST - SE- Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental Unidade Exercício 2011 Descrição da Meta **Produto** de Progr Realiz Realizado/ Medida amado ado Programado % 1. Apoiar a implantação e/ou implementação de de educação em saúde municípios Município 100 Unidade 23 23 conveniados com a Funasa, contemplados com beneficiado recursos do PAC 2. Apoiar os municípios na implantação e /ou Município implementação dos núcleos de Educação em saúde Unidade 90 10 apoiado nos municípios atendidos com recursos da Funasa 3. Apoiar municípios conveniados com a funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Município Unidade 9 13 69,23 educação em saúde e mobilização social nos apoiado projetos de saneamento (outros recursos não PAC) 4. Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação/e ou implementação Município de ações e projetos permanentes de Educação em Unidade 100 23 23 beneficiado Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com o PAC 5. Apoiar tecnicamente, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), 02 Município Unidade 10 9 90

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Saneamento Básico (PMSB)

municípios na elaboração dos Planos Municipais de

Análise Crítica:

Algumas metas não foram cumpridas em decorrência dos esforços terem sido envidados para municípios beneficiados com recursos do PAC e no caso dos convênios anteriores a 2006 os gestores demonstram desinteresse para executar atividades educativas.

beneficiado

Diante dos resultados alcançados no exercício 2011 pela Seção de Educação em Saúde, podemos avaliar que apesar das dificuldades enfrentadas devido a diversos fatores, tais como, reestruturação da equipe e consequentemente técnicos sem capacitação para realizar as atividades inerentes á seção; indefinição das atribuições do Serviço de Saúde Ambiental, morosidade para nomeação do superintendente estadual e outros, podemos considerar que houve êxito por parte da equipe.

		I	dentificação do I	Programa de G	overno		
Código n	o PPA	1287	-				
Denomin	ação	Saneamento	o Rural				
Tipo do l	Programa	Finalístico					
Objetivo	Geral	determinan	participar da ado tes e condicionant	tes de saúde da p	opulação.		
Objetivo	s Específic	Ampliar a c áreas rurais					
Gerente		Faustino Ba	stino Barbosa Lins Filho – Funasa				
Público A	Alvo	de até 2.500	ção rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localid 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população na e outros povos da floresta.				
		Informações or	çamentárias e fii	nanceiras do Pr	ograma		Em R\$ 1,00
	Dotag	ão	Despesa	Des	spesa R	estos a Pagar	Valores
Ini	cial	Final	Empenhada			o processados	Pagos
Não se	Aplica	Não se Aplica	16.414,80	9.06	58,40	7.346,40	0
		Inf	ormações sobre o	os resultados al	cançados		
	Indica	dor (Unidade		Referência			Índice
Ordem		nedida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
1		se Aplica					
	de Cálculo	do Índice					
Não se A							
Análise c	lo Resultad	lo Alcançado					
Não se A	plica		1				
	Indica	dor (Unidade		Referência		Índice	Índice
Ordem		nedida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
1	Não	se Aplica					
_	Não de Cálculo						
_	de Cálculo						
Fórmula Não se A	de Cálculo plica						

Fonte: Sigplan

Justificativa: Os Indicadores do Programa são de responsabilidade da Presidência da Funasa.

Identificação da Ação
Denominação: 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de
triatomíneos contribuindo para controle da doença de Chagas.
Descrição : A ação visa melhorar as condições físico-sanitárias da casa por meio de restauração (reforma) ou reconstrução; a restauração compreende, dentre os principais serviços, os seguintes: reboco das paredes internas e externas e pintura das mesmas; calçada de proteção em torno da casa; cobertura com materiais adequados; piso cimentado ou de madeira; recuperação de abrigo de animais e depósitos; substituição de cercas; e implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias; nos casos em que as casas não suportarem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação (48288) - SUEST-SE - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas Unidade Exercício 2011 Realizado/ Descrição da Meta **Produto** de Progra Reali Medida Programado% mado zado 1. Analisar projetos de implantação de Melhorias Habitacionais para o Controle da Projeto Unidade 1 100 1 Doença de Chagas, relativos a exercícios Analisado anteriores (PAC 2007 a 2010). 2. Realizar visitas de acompanhamento de Visita de de implantação de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de acompanhamento Unidade 24 17 70,83 Chagas, relativas a exercícios anteriores realizada (PAC 2007 a 2010).

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta concluída parcialmente devido à priorização do PAC 2 pela Presidência da Funasa.

Identificação da Ação

Denominação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.

Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha

Unidade Executora: Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM)

Fonte: Sigplan

(48584) SUEST – SE - Divulgação Permanente da Imagem Institucional da Funasa Unidade Exercício 2011 Descrição da Meta **Produto** de Progra Reali Realizado/ Medida mado zado Programado% 1. Apoiar a Presidência na divulgação das Matéria ações e programas na área de saneamento Unidade 15 100 15 divulgada ambiental 2. Realizar Seminário sobre Educação Seminário 0 Unidade 0 1 Ambiental realizado 3. Disponibilizar acesso às publicações para divulgação da imagem institucional Publicações 100 Unidade 275 275 (emissão de revistas, cartilhas, boletim disponibilizadas informativo e folders).

Identificação da subação

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta 2, não foi cumprida por equívoco de sua inserção no planejamento da área.

Identificação da Ação

Denominação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.

Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Propiciar resolutibilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.

Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional da Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação

(48245) SUEST-SE – Implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais

		Unidade		Exercíc	io 2011
Descrição da Meta	Produto	de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %
1.Realizar visitas de acompanhamento aos projetos de saneamento em áreas especiais (comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades com até 2.500 habitantes), relativos a exercícios anteriores (PAC 2007 e 2009).	Visita de acompanhamento realizada	Unidade	6	5	83,33

Fonte: Plano Operacional da Suest /SE/2011

Análise Crítica:

Meta parcialmente concluída devido à priorização do PAC 2.

		I	dentificação do	Program	na de Go	verno			
Código n	o PPA	016							
Denomin	ação	Gestão da F	Política de Saúde)					
Tipo do l	Programa	Apoio às Po	olíticas Públicas	e Áreas I	Especiais				
Objetivo	Geral	a capacidad	gestão do SUS le resolutiva das	ações e s	serviços p	restados à	popula	ação	1
Objetivos Específicos Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e control dos programas na área da saúde.						e controle			
Gerente		Márcia Bas	sit Lameiro da C	Costa Maz	zzoli – M	inistério da	a Saúd	e	
Público A	Alvo	Governo							
		Informações or	comentéries e f	inonooir	oc do Dr	agrama			Em R\$ 1,00
	Dotac							4 D	,
Ini	cial	Final	Despesa Empenhad			pesa idada		tos a Pagar processados	Valores Pagos
Não se	Aplica	Não se Aplica	82.867,88	3	71.4	77,88	1	1.390,00	51.696,22
			ormações sobre	os resul					,
	T., Jiaa		3	Referência				Índice	Índice
Ordem		dor (Unidade medida)	Data	Índice	inicial	Índice f	Índice final pre ex		atingido no exercício
1	Não	se Aplica							
Fórmula	de Cálculo	o do Índice							
Não se A	L								
		do Alcançado							
Não se A	plica								
	Indica	dor (Unidade		Refe	rência			Índice	Índice
Ordem		medida)	Data	Índice	inicial	Índice f	inal	previsto no exercício	atingido no exercício
1		se Aplica							
Fórmula	de Cálculo	o do Índice							
Não se A									
Análise d	lo Resultac	do Alcançado							
Não se A	plica								

Fonte: Sigplan

Justificativa: Os Indicadores do Programa são de responsabilidade da Presidência da Funasa.

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de
trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos,
pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos,
seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Identificação da subação

(48643) SUEST - SE- Participação de Servidores Públicos Federais da Funasa em Eventos de Capacitação

		Unidade	Exercício 2011			
Descrição da Meta	Produto	de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %	
1. Capacitar servidores públicos federais	Servidor capacitado	Unidade	17	25	147,06	
2. Promover a participação de servidores públicos federais em eventos de capacitação	Número de participações em eventos	Unidade	19	20	105,26	

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta 1, foi cumprida em 147,06% em decorrência da lotação de novos servidores nesta Suest e participação de servidores em eventos de capacitação não programados.

Meta(,) atingida em 105,26% em decorrência da realização de um evento não programado.

			I	dentificação do	Progra	ıma de Go	verno			
Código n	o PPA		0750	-						
Denomin	ação		Apoio Adm	inistrativo						
Tipo do l	Programa		Apoio às Po	olíticas e Áreas I	Especiai	S				
Objetivo	Geral		Não definid	lo						
Objetivo	s Específic	os		rgãos da União o mas finalísticos	los mei	os adminis	trativos pa	ra a im	plementação e	e gestão de
Gerente			Não se aplic	ca						
Público A	Alvo		Governo							
		Info	ormações or	çamentárias e f	inancei	ras do Pro	ograma			Em R\$ 1,00
Ini	Dota icial	ção	Final	Despesa Empenhac			pesa idada		tos a Pagar processados	Valores Pagos
Não se	Aplica	Não	se Aplica	895.577,0		871.1			4.419,49	792.668,35
				ormações sobre				l		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	T 1'	1 (1		3		erência			Índice	Índice
	Indica	aor (u	J nidade				Índice final			4 1
Ordem		medid	a)	Data	Índio	ce inicial	Índice f	inal	previsto no exercício	atingido no exercício
Ordem 1]		<u> </u>	Data	Índio	ce inicial	Índice f	inal	-	0
1]	medid	plica	Data	Índio	ce inicial	Índice f	inal	-	0
1 Fórmula Não se A	Não de Cálcul o plica	medid o se Aj o do Íi	plica ndice	Data	Índio	ce inicial	Índice f	inal	-	0
1 Fórmula Não se A	Não de Cálculo	medid o se Aj o do Íi	plica ndice	Data	Índio	ce inicial	Índice f	inal	-	0
1 Fórmula Não se A	Não de Cálculo plica lo Resultao	medid o se Aj o do Íi	plica ndice	Data			Índice f	inal	exercício	exercício
1 Fórmula Não se A Análise d Não se A	Não de Cálculo plica lo Resultao plica	nedid o se Aj o do Ín do Alc	plica ndice ançado	Data		ce inicial	Índice f	inal	exercício	exercício Índice
1 Fórmula Não se A Análise d	Não de Cálculo plica lo Resultao plica Indica	nedid o se Aj o do Ín do Alc	plica ndice ançado Unidade	Data Data	Ref		Índice f		exercício	exercício
1 Fórmula Não se A Análise d Não se A Ordem	Não de Cálculo plica lo Resultao plica Indica Não	o se Ajo do Ír do Alc dor (U medid	plica ndice ançado Unidade a)		Ref	erência			éxercício Índice previsto no	éxercício Índice atingido no
1 Fórmula Não se A Análise d Não se A Ordem	Não de Cálculo plica lo Resultao plica Indica	o se Ajo do Ír do Alc dor (U medid	plica ndice ançado Unidade a)		Ref	erência			éxercício Índice previsto no	éxercício Índice atingido no
1 Fórmula Não se A Análise d Não se A Ordem 1 Fórmula Não se A	Não de Cálculo plica lo Resultao plica Indica Não de Cálculo plica	medid o se A o do Ír do Alc dor (U medid o se A o do Ír	plica ndice ançado Unidade a) plica ndice		Ref	erência			éxercício Índice previsto no	éxercício Índice atingido no
1 Fórmula Não se A Análise d Não se A Ordem 1 Fórmula Não se A	Não de Cálculo plica lo Resultao plica Indica Não de Cálculo plica	medid o se A o do Ír do Alc dor (U medid o se A o do Ír	plica ndice ançado Unidade a) plica ndice		Ref	erência			éxercício Índice previsto no	éxercício Índice atingido no

Fonte: Sigplan

Justificativa: Os Indicadores do Programa são de responsabilidade da Presidência da Funasa.

Identificação da Ação

Denominação: 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Tipo de Ação: Não informado

Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.

Descrição: Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior

Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação

(48527) Suest SE Assistência Médica aos Servidores e Empregados Públicos Exames Periódicos

		Unidade	Exercício 2011					
Descrição da Meta	Produto	de Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %			
1. Promover a realização de Exames Periódicos extensivo a todos os servidores ativos, empregados públicos, nomeados em cargos de comissão e contratados temporários, em exercício nesta superintendência.	Servidores com exames realizados	Unidade	260	121	56			

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Nos meses de janeiro a junho deu-se continuidade ao processo de atualização e correção cadastral.

Após a liberação para realização dos Exames Periódicos em junho/2011 nas Suest, foram promovidas reuniões e palestras com distribuição de material impresso para divulgação e sensibilização junto aos servidores da sede e das regionais. As convocações para os exames foram iniciadas a partir de julho, por grupos, após as reuniões programadas, inicialmente com os servidores da sede e em seqüencia os das regionais.

Durante todo o processo foi realizado o monitoramento dos servidores convocados, para orientação quanto ao acesso ao SiapNet, confirmação e ou recusa dos exames, através de contatos telefônicos, por emails, correspondência e presencial e dos problemas identificados no acesso dos servidores aos serviços ofertados pela rede credenciada de clinicas e laboratórios sendo encaminhando para resolução as situações problemas apresentadas. Um dos problemas identificado foi relacionado à dificuldade de acesso ao módulo dos exames periódicos, pelos servidores e médicos do trabalho, ocasionando transtornos que levaram a diversas reconvocações, implicando em nova confirmação e preenchimento do questionário de anamnese, como também impossibilitou o atendimento dos servidores pelo médico do trabalho devido ao sistema não permitir o seu acesso e ou ocasionar queda constante da conexão.

Estas situações influenciaram na desistência de muitos servidores que após as primeiras confirmações não finalizaram o processo levando a uma baixa no quantitativo de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) emitidos.

Outro complicador que levou ao atraso do processo e reconvocações dos servidores foi a contratação do médico do trabalho, devido a exigência de aquisição do Token, e dificuldades quanto a regularização da senha para o acesso ao sistema, o que também influenciou na desistência de muitos servidores.

Os exames periódicos desta Suest foram finalizados em 31/12/2011, tendo sido convocados 260 servidores, sendo que deste total, 171 servidores realizaram todos os exames, 50 ficaram com o ASO pendente e 121 servidores tiveram seus processos devidamente concluídos.

Identificação da Ação

Denominação: 2000 - Administração da Unidade

Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior

Unidade Executora: Departamento de Administração – DEADM

Fonte: Sigplan

Identificação da subação

(48583) SUEST SE Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO

		Unidade de		Exercício 2011				
Descrição da Meta	Produto	Medida	Progra mado	Reali zado	Realizado/ Programado %			
1. Implementar ações diversas de prevenção e promoção à saúde no contexto do PQVT.	Ações realizadas	Unidade	5	5	100			
2. Desenvolver programa de ginástica Laboral na Sede da Superintendência.	Programa realizado	Unidade	1	1	100			

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Meta 1, deu-se continuidade ao acompanhamento dos servidores hipertensos e portadores de outras doenças crônicas na superintendência, com verificação periódica de pressão arterial, acolhimento, orientação e encaminhamento aos serviços de saúde.

No mês de abril foi realizada palestra direcionada a todos os colaboradores, com o tema: Hipertensão Arterial com enfoque na Prevenção e Tratamento.

Em junho foi realizada nova palestra com o tema: Como Se Manter Saudável, abordando estratégias para se manter com saúde mesmo sendo portador de doenças crônicas.

Em agosto foi realizada outra palestra destinada ao público masculino com o tema: Prevenção e Promoção à Saúde dos Homens.

No mês de Setembro, em parceria com a CAPESAÚDE e a empresa CONSTAT, foi realizada uma Programação para comemorar o Dia do Servidor Público, com atividades lúdicas, aferição de pressão arterial e verificação de glicemia capilar, café com música e encerrando-se com uma palestra abordando o tema: LER DORT.

Com relação à Meta 2, o projeto de ação e o pedido de bens e serviço para realização da ginástica laboral foi encaminhado em fevereiro pelo Setor de Orientação e Assistência integrada ao Servidor (SOAIS) ao Serviço de Administração, para viabilizar os trâmites administrativos, solicitar liberação do recurso financeiro e encaminhar para abertura do processo de licitação.

O processo licitatório foi iniciado em março e concluído em julho devido à desclassificação de algumas empresas concorrentes e abertura de nova licitação, portanto, a execução da atividade foi iniciada em 01/08/2011 com previsão de encerramento para 31/12/2011.

No mês de agosto foi realizada uma avaliação inicial com todos os colaboradores, sendo que os dados obtidos foram utilizados para subsidiar o planejamento das atividades.

No mês de novembro foi realizada uma avaliação para avaliar o grau de satisfação, sugestões e criticas do servidor, cujas informações serão utilizadas para subsidiar o projeto de 2012.

A ginástica laboral tem sido priorizada no PCMSO e vem apresentando uma adesão crescente dos Servidores.

Identificação da Ação

Denominação: 2000 - Administração da Unidade

Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalísticas, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalísticas, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalísticas, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior

Unidade Executora: Departamento de Administração – DEADM

Identificaç	Identificação da subação												
(48623) SUEST SE Melhoria do Ambiente de Trabalho Laudo de Avaliação Ambiental.													
Unidade Exercício 2011													
Descrição da Meta	Produto	de Medida	Progra	Reali	Realizado/								
		Medida	mado	zado	Programado %								
1. Implementar 05 medidas corretivas, dentre as 21 apontados no laudo de avaliação ambiental, assim discriminadas: medidas nº 03,07,10,11 e 21.	Medidas executadas	Unidade	5	3	60								

Fonte: Plano Operacional da Suest/SE/2011

Análise Crítica:

Só foi possível executar 03 (três) das 05 (cinco) medidas corretivas programadas sendo essas: o monitoramento das condições ambientais nos locais de trabalho em relação à climatização; a iluminação e inspeção visual dos extintores de incêndio e a limpeza e manutenção dos aparelhos de ar condicionado.

Quanto as demais: a aquisição de equipamentos de proteção individual (jalecos, luvas, e máscaras descartáveis), para uso dos servidores que desenvolvem atividades de manipulação de documentos arquivados e a instalação da sinalização de segurança no prédio da sede (de acordo com a legislação específica), não foram executadas tendo em vista que o processo de reorganização espacial desta Suest/SE não foi concretizado no exercício em referência.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ Quadro A.2.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfun ção	Progra ma	Ação	Tipo	Priori dade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2012		
	SANEAMENTO AMBIENTAL													
							1. Apoiar tecnicamente municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico relativos a exercícios anteriores (2009 e 2010).	Unidade	13	13	02			
						(48364) SUEST - SE - Apoio à	2 .Analisar 100% dos planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB de exercícios anteriores (2009 e 2010)	Plano de trabalho e orçamento analisado	Unidade	11	11	04		
10	512	0122	20AG	A	3	elaboração de Planos Municipais de Saneamento (PMSB)	3. Participar de reuniões de sensibilização com os gestores dos municípios eleitos visando divulgar a elaboração do PMSB, relativas a exercícios anteriores (2009 e 2010)	Participação em reuniões	Unidade	13	3 13	02		
							4. Participação em reuniões dos Comitês de Coordenação de elaboração do PMSB em caráter orientativo, relativas a exercícios anteriores (2009 e 2010)		Unidade	18	02	16		

								Participação em reuniões	Unidade	36	24	12
							6. Analisar diagnósticos técnico-participativos dos PMSB, relativos a exercícios anteriores (2009 e 2010)	Diagnóstico analisado	Unidade	6	0	10
							7. Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR, relativos a exercícios anteriores (2009 e 2010)	Parecer elaborado	Unidade	2	0	10
10	512	0122	7652	P	1	- SE- Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	1. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos, relativas a exercícios anteriores (2003 a 2007).	Visita preliminar realizada	Unidade	27	16	20
10	512	0122	7652	P	1	(48263) SUEST - SE - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliare para Prevenção e Controle de Agravos	Realizar entrevista técnica para obras de implantação de melhorias sanitárias domiciliares (PAC 2).	Entrevista técnica realizada	Unidade	3	3	2

							2. Realizar visitas técnicas para validação das entrevistas técnicas referentes à implantação de melhorias sanitárias domiciliares (PAC 2).	Visita técnica realizada	Unidade	9	9	6
						(48287) SUEST - SE- Implantação de Melhorias	1. Analisar projetos de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos, relativos exercícios anteriores (PAC 2007 a 2010).	Projeto analisado	Unidade	1	0	2
10	10 512 0122	0122	0122 7652	P	P 1	Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	2. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos, relativas a exercícios anteriores (PAC 2007 a 2010).	Visita de acompanh amento realizada	Unidade	45	27	25
						(48243) - SUEST-SE - Implantação e Melhoria de	1. Realizar visita técnica para elaboração de projetos básicos de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água (PAC 2)	Visita técnica realizada	Unidade	30	30	6
10	512	0122 10GD P 1 Melhoria Sistemas Públicos Abasteciment de Água	Sistemas Públicos de Abastecimento	2. Realizar entrevista técnica para obras de implantação de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água (PAC 2).	Entrevista técnica realizada	Unidade	9	9	2			

							3. Realizar visitas técnicas para validação das entrevistas técnicas referentes à implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água (PAC 2).	Visita técnica realizada	Unidade	8	8	6
						(48285) - SUEST-SE - Implantação e Melhoria	1. Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a exercícios anteriores (PAC 2007 e 2009).	Projeto analisado	Unidade	1	0	5
10	512	0122 10GD P 1 dd F	de Sistemas Públicos de Abastecimen to de Água	2. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores (PAC 2007 e 2009).	Visita de acompanh amento realizada	Unidade	6	1	10			
10	512	0122	10GD	P	1	(48303) - SUEST-SE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimen to de Água	1. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores (2003, 2005 e 2006).	Visita de acompanh amento realizada	Unidade	24	5	10

						(48244) SUEST -SE - Implantação	Realizar visita técnica para elaboração de projetos básicos de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário (PAC 2). Realizar entrevista técnica para obras de implantação de Sistemas Públicos de	Visita técnica realizada Entrevista técnica	Unidade	10	10	3
10	512	0122	10GE	P	3	e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário	Esgotamento Sanitário (PAC 2). 3. Realizar visitas técnicas para validação das entrevistas técnicas referentes à implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento	realizada Visita técnica realizada	Unidade	25	25	6
							Sanitário (PAC 2). 1. Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos a exercícios anteriores (PAC 2007).	Projeto analisado	Unidade	1	0	1
10	512	0122	10GE	Р	1	(48304) SUEST -SE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento	2. Realizar visitas preliminares de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas exercícios anteriores (PAC 2007).	Visita preliminar realizada	Unidade	1	0	1
						Esgotamento Sanitário	3. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas a exercícios anteriores (PAC 2007).	Visita de acompanh amento realizada	Unidade	3	0	3

10	512	0122	10GE	P	1	(48286) SUEST -SE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário	1. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas a exercícios anteriores (2004 a 2006).	Visita de acompanh amento realizada	Unidade	15	5	5	
	10 511 1287 3					(48288) - SUEST-SE - Implantação de Melhorias	1. Analisar projetos de implantação de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas, relativos a exercícios anteriores (PAC 2007 a 2010).	Projeto Analisado	Unidade	1	1	0	
10		1287 39	3921	P	1	Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	2. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas, relativas a exercícios anteriores (PAC 2007 a 2010).	Visita de acompanh amento realizada	Unidade	24	17	10	
						(48584)	Apoiar a Presidência na divulgação das ações e programas na área de saneamento ambiental	Matéria divulgada	Unidade	15	15	10	
10	131	1287	4641	A	3	SUEST - SE- Divulgação Permanente	2. Realizar seminário sobre Educação Ambiental	Seminário realizado	Unidade	1	0	0	
10 131	1287	1287	1287 4641	4641	A	3	da Imagem Institucional da Funasa	3. Disponibilizar acesso às publicações para divulgação da imagem institucional (emissão de revistas, cartilhas, boletim informativo e folders).	Publicação disponibili zada	Unidade	275	275	5

10	511	1287	7656	Р	1	(48245) SUEST- SE - Implant. ampl. ou melh. do serv. de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais	1. Realizar visitas de acompanhamento aos projetos de saneamento em áreas especiais (comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades com até 2.500 habitantes), relativos a exercícios anteriores (PAC 2007 e 2009).	Visita de acompanh amento realizada	Unidade	5	5	5
						SA	AÚDE AMBIENTAL					
10	512	0122	20AF	A	3	(48446) Suest - SE - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano	Adquirir a Unidade Móvel do Controle da Qualidade da Àgua - UMCQA	UMCQA adquirida	Unidade	1	1	0
10	541	0122	6908	A	3	(48363) SUEST SE - Fomento à Educação em Saúde Voltada	1. Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC	Município beneficiado	Unidade	23	23	12
10	J41	0122	0700	A	3	para Saneamento Ambiental	2. Apoiar os municípios na implantação e /ou implementação dos núcleos de Educação em saúde nos municípios atendidos com recursos da Funasa	Município apoiado	Unidade	10	09	0

							3. Apoiar municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde e mobilização social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC)	Município apoiado	Unidade	13	09	10
							4. Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação/e ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com o PAC	Município beneficiado	Unidade	23	23	12
							5. Apoiar tecnicamente, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), 13 municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	Município beneficiado	Unidade	13	13	15
							GESTÃO					
						(48643) SUEST - SE-	Capacitar servidores públicos federais	Servidor capacitado	Unidade	17	25	50
10	128	0016	4572	A	3	Participação de Servidores Públicos Federais da Funasa em Eventos de Capacitação	2. Promover a participação de servidores públicos federais em eventos de capacitação	Número de participaçõ es em eventos	Unidade	19	20	60

10	122	0750	20CW	A	4	(48527) Suest SE Assistência Médica aos Servidores e Empregados Públicos Exames Periódicos	1. Promover a realização de Exames Periódicos extensivo a todos os servidores ativos, empregados públicos, nomeados em cargos de comissão e contratados temporários, em exercício nesta superintendência.	Servidores com exames realizados	Unidade	260	121	133
10	122	0750	2000	A	4	(48583) SUEST SE Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	Implementar ações diversas de prevenção e promoção à saúde no contexto do PQVT. Desenvolver programa de ginástica Laboral na	Ações realizadas Programa	Unidade Unidade	5	5	5
						PCMSO	Sede da Superintendência.	realizado		1	_	1
10	122	0750	2000	A	4	(48623) SUEST SE Melhoria do Ambiente de Trabalho Laudo de Avaliação Ambiental.	1. Implementar 05 medidas corretivas, dentre as 21 apontados no laudo de avaliação ambiental, assim discriminadas: medidas nº 03,07,10,11 e 21.	Medidas executadas	Unidade	5	3	2

Fonte: Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS (PlamSUS)

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Sergipe	36211	255026

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

		UG		De	spesas Corrent	es
	Movimentação rédito	concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimenta	Concedidos	-	-	-	-	-
ção Interna	Recebidos	255026	0927200890181	48.475,33		
		255026	1012207502000	9.582,93		
		255026	1012201222272			154.023,08
		255026	1012207502000			847.169,33
		255026	1012212872272			9.068,40
		255026	1012600166881			28.989,36
		255026	1012800164572			42.488,52
		255026	10512012220AG			1.767,03
		255026	1054101226908			13.938,97
Movimenta	Concedidos	-	-	-	-	-
ção Externa	Recebidos	-	-	-	-	-
		UG		Des	spesas de Capit	al
	Movimentação rédito	concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortizaçã o da Dívida
Movimenta	Concedidos	-	-	-	-	-
ção Interna	Recebidos	255026	1012207502000	23.988,24		
		255026	10512012220AF	169.190,00		
		255026	10512012220AG	144.462,54		
Movimenta	Concedidos	-	-	-	-	-
ção Externa	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi

Análise Crítica:

As Ações de custeios/investimentos foram programadas de acordo com o Sistema de Planejamento e Gestão do Orçamento-SPGO, e a aplicação dos créditos ocorreu dentro do programado, entretanto, parte dos créditos destinados aos processos de Manutenção Predial e Elaboração do Laudo de Inspeção Predial não foram aplicados, devido a não concretização dos pregões, causando um impacto negativo para o exercício seguinte, bem como a devolução de parte

de créditos oriundos do processo formalizado para aquisição de uma Unidade Móvel para o controle da Água, já que a aquisição efetivada foi abaixo do valor estimado pela Presidência da Funasa.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00 Despesa Liquidada Despesa paga Modalidade de Contratação 2010 2011 2010 2011 Licitação 257.688,70 198.893,23 Convite Tomada de Preços 144.462,54 144.462,54 Concorrência Pregão 748.500,75 709.882,96 686.304,95 667.606,89 Concurso Consulta Contratações Diretas 137.024.94 137.024.94 Dispensa 155.213,06 143.561,72 37.383,44 47.236,95 Inexigibilidade 37.383,44 43.986,95 Regime de Execução Especial Suprimento de Fundos 5.394,77 3.345,95 5.394,77 3.345,95 Pagamento de Pessoal 58.058,26 Pagamento em Folha 58.058,26 141.195,49 106.087,96 141.195,49 Diárias 106.087,96 149.382,73 138.149,54 149.382,73 Outras 138.149,54

Fonte: Siafi

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

							Valores e	m R\$ 1,00
Grupos de	Despesa Ei	mpenhada	Despesa I	Liquidada	RP não pi	rocessados	Valore	s Pagos
Despesa	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
08	56.713,31						56.713,31	
91	1.344,95						1.344,95	
3° elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de		·						

despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
37	549.154,80	486.029,84	549.154,80	486.029,84			500.386,52	447.889,76
39	333.952,72	308.866,47	322.562,72	305.616,47	11.390,00	3.250,00	310.857,20	293.608,94
14	106.087,96	141.195,49	106.087,96	141.195,49			106.087,96	141.195,49
Demais elementos do grupo	108.249,21	120.553,42	88.647,96	117.371,62	19.601,25	3.181,80	86.925,96	116.773,62

Fonte: Siafi

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

				7.1 1 DD ~		_		III K\$ 1,00
Grupos de	Despesa E	mpenhada	Despesa I	∠iquidada	RP não pr	ocessados	Valore	s Pagos
Despesa	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
52	193.178,24	8.416,43		8.416,43				
					193.178,24			8.416,43
51	144.462,54	257.688,70	144.462,54	198.893,23				
						58.795,47	144.462,54	198.893,23
3º elemento de								
despesa								
Demais								
elementos do								
grupo								
5 – Inversões								
Financeiras								
1º elemento de								
despesa								
2º elemento de								
despesa								
3º elemento de								
despesa								
Demais								
elementos do								
grupo								
6 - Amortização								
da Dívida								
1º elemento de								
despesa								
2º elemento de								
despesa								
3º elemento de								
despesa								
Demais								
elementos do								
grupo								

Fonte: Siafi

Análise Crítica:

As Ações de custeios/investimentos foram programadas de acordo com o Sistema de Planejamento e Gestão do Orçamento- SPGO, e a aplicação dos créditos ocorreu dentro do programado, entretanto parte dos créditos destinados aos processos de manutenção predial e elaboração do Laudo de Inspeção Predial não foram aplicados, devido a não concretização dos pregões, causando um impacto negativo para o exercício seguinte, bem como a devolução de parte de créditos de investimento provenientes do processo formalizado para aquisição de uma Unidade Móvel para o controle da Qualidade da Água, já que a aquisição concretizada fora abaixo do valor estimado pela Presidência da Funasa. Vale ressaltar a liberação em tempo hábil dos créditos orçamentários, o que impediu a totalidade de sua execução, foram problemas alheios a esta Administração correspondendo a não habilitação e desistência por parte dos concorrentes do certame licitatório.

2.4.7 Indicadores Institucionais

Indicadores de Saneamento Ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsá vel pelo Indicador	Resul tado 2010	Resul tado 2011
Percentual de execução física de obras de abastecimento de		Nº de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão < 30% Nº de obras programadas nos TC celebrados Nº de obras de abastecimento	1 / 37 x 100 = 2,7			Relatórios do Sigesan; Parecer		0	2,7
água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2010 (Parâmetro de	Medir a execução física das obras do PAC	de água com percentual de <u>conclusão ≥ 70% e < 100%</u> № obras programadas nos TC celebrados	0 / 37 x 100 = 0	Eficácia	a Sigesan e Siscon Siafi	Técnico de visita de acompanha mento (Diesp e	Densp/ Depin/ Suest	0	0
verificação: Portaria 544)		Nº de obras de abastecimento de água concluídas Nº de obras programadas nos TC celebrados	0 / 37 x 100 = 0			Sensp)		0	0
Percentual de execução física de obras de	Medir a execução física das obras do PAC	Nº de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão < 30% Nº de obras programadas nos TC celebrados	0 / 19 x 100 = 0	Sigesan e Siscon Eficácia Siafi	Relatórios do Sigesan;	Dancn/	0	0	
esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2010. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)		Nº de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão ≥ 70% e < 100% Nº obras programadas nos TC celebrados	0 / 19 x 100 = 0		Siscon	Siscon lecnico de	Densp/ Depin/ Suest	0	0
		Nº de obras de esgotamento <u>sanitário concluídas</u> Nº de obras programdas nos TC celebrados	0 / 19 x 100 = 0					0	0

Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2010	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	Nº de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (*) total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos4 anos do PAC	0 / 4 x 100 = 0	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanham ento Diesp/Sensp Programação do PAC	Planilha Acompanha mento (Densp) e visita de acompanhamento (Diesp/Sensp)	Suest	0	0
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (*) Acumulado – 2007 a 2010	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	Nº de domicílios com MSD implantado (*) № de domicílios programados nos4 anos PAC	663 / 3218 x 100 = 20,6	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programaçã o do PAC	Densp/ Suest	8,8	20,6
Percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2010	Aferir o percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada	Nº de domicílios com MHCDC realizada (*) Nº de domicílios programados nos 4 anos PAC	27 / 139 x 100 = 19,4	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programaçã o do PAC	Densp/ Suest	12,26	19,4

Análise Crítica:

I - Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC

O percentual abaixo de valores aceitáveis justifica-se, pelos seguintes aspectos: a) dos 37 Termos de Compromisso celebrados, 13 encontram-se em análise técnica, cujas pendências de projeto não foram equacionadas; b) 14 Termos de Compromisso foram cancelados pela Presidência; c) 8 Termos de Compromisso com projetos aprovados dependendo da liberação de recursos; e d) 2 Termos de Compromisso tiveram a liberação parcial de recursos, entretanto as obras não foram iniciadas.

II - Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC

Do total de 19 Termos de Compromisso celebrados, 7 Termos de Compromisso encontram-se em análise técnica, cujas pendências não foram sanadas; 11 Termos de Compromisso foram cancelados pela Presidência; e 1 Termo de Compromisso, apesar de receber liberação parcial de recursos a obra não foi iniciada. Esta situação contribuiu para o índice negativo quanto ao percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC.

III - Percentual de comunidades remanescentes de quilombos com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC

O percentual de comunidades remanescentes de quilombos a serem beneficiadas com sistema de abastecimento de água com recursos do PAC foi negativo, considerando que, dos 4 Termos de Compromisso celebrados, 3 Termos encontram-se na fase de análise técnica, com pendências de projeto que necessitam serem sanadas. Apenas 1 Termo de Compromisso teve recursos liberados parcialmente, entretanto a obra não foi iniciada.

IV - Percentual de domicílios com melhorias sanitárias domiciliares implantadas com recursos do PAC

Foram celebrados 25 Termos de Compromisso com previsão de beneficiar 3.218 famílias, sendo implantadas 663 melhorias sanitárias domiciliares, representando 20,6 %. O percentual abaixo da crítica foi decorrente dos seguintes fatores: a) 3 Termos de Compromisso na fase de análise técnica com pendências de projetos que não foram sanadas pelo compromitente; b) 1 Termo de Compromisso cancelado pela Presidência; c) 8 Termos de Compromisso com obras que não foram iniciadas; c) 1 Termo de Compromisso com obras paralisadas; e d) 12 Termos de Compromisso com liberação de recursos parcial e/ou total, sendo que as obras encontram-se em execução, porém o ritmo é inadequado.

V - Percentual de domicílios com melhoria habitacional para o controle da doença de Chagas realizadas com recursos do PAC

Das 139 melhorias habitacionais previstas, foram realizadas 27, representando 19,4 %. Foram celebrados 10 Termos de Compromisso, onde, 1 Termo de Compromisso aguarda a liberação de recursos, 2 Termos de Compromisso com obras paralisadas e 4 Termos de Compromisso que receberam recursos total ou parcial com obras em execução. Fatores estes, que contribuíram com o percentual abaixo da média.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

	R	estos a Pagar Processad	os								
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011							
2011											
2010 50.745,61 50.745,61											
2009											
	Restos a Pagar não Processados										
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011							
2011	224.169,49										
2010	65.227,27	13.488,29	51.738,98								
2009	11.020,00	11.020,00									
Observações:											

Fonte: Siafi

4.2 Análise Crítica:

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ: A busca de solução junto aos fornecedores, para a concretização do efetivo pagamento no inicio do exercício de 2011.
- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores: Nenhum impacto foi provocado por conta dos RP existentes.
- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro: No exercício 2009, foi instruído processo para a realização de eventos de capacitação para servidores, em complemento a esse processo foi instruído então, processo para aquisição de materiais de apoio voltado as capacitações, não tendo sucesso devido ao desinteresse dos licitantes, o que inviabilizou a execução do referido evento.
- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI de valores referentes a Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2011 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto: Não houve movimentação de Restos a Pagar fora do prazo legal, estabelecido por Decreto.
- Os eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP: Como eventos negativos para os RP, citamos a falta de atendimento dos fornecedores a esta SUEST/Se, quanto a apresentação de documento comprobatório necessário a liquidação das despesas (Nota Fiscal/Recibo), informamos também quanto a morosidade na realização das pesquisas de mercado, fato esse provocado pela limitação do mercado local dificultando consideravelmente o andamento dos processos licitatórios.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011

The shades des Courses	Lota	ção	Ingressos no	Egressos no	
Tipologias dos Cargos	Autorizada	Efetiva	exercício	exercício	
1. Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)		252			
1.1 Membros de poder e agentes políticos					
1.2 Servidores de Carreira(1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		252			
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		251	01	04	
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado		01			
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório					
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas					
2. Servidores com Contratos Temporários		02			
3. Total de Servidores (1+2)		254	01	04	

Fonte: Sereh/Suest/SE

5.1.2 Situações que reduzem a Força de Trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	178
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Lei 8.270 + TRE + GCU)	178
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	01
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De oficio, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar	
cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	179

Fonte: Sereh/Suest/SE

5.1.3 Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções	Lota	ção	Ingressos no	Egressos no
gratificadas	Autorizada	Efetiva	exercício	exercício
1. Cargos em comissão		07	03	01
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		07		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		04	02	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício				
descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo		03	01	01
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas		13	05	04
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		13	05	04
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		20	08	05

Fonte: Sereh/Suest/SE

5.1.4 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12/2011

	Qı	ıantidade de	Servidores p	or Faixa Etá	ria
Tipologias do Cargo	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de
	anos	anos	anos	anos	60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	02	05	94	145	07
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	02	04	94	144	07
1.3. Servidores com Contratos Temporários		01		01	
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2. Provimento de cargo em comissão	01		02		
2.1. Cargos de Natureza Especial	01				
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			02		
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	02	05	96	145	07

Fonte: Sereh/Suest/SE

5.1.5 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

	Tipologias do Cargo		Quant	idade d	le pess	oas por	nível d	le esco	laridad	e
	Tipologias do Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.	Provimento de cargo efetivo		01	05	14	144	86		01	
	1.1. Membros de poder e agentes políticos									
	1.2. Servidores de Carreira		01	05	14	144	84		01	
	1.3. Servidores com Contratos Temporários						02			
2.	Provimento de cargo em comissão						03			
	2.1. Cargos de Natureza Especial									
	2.2. Grupo Direção e Assessoramento						03			

Superior							
2.3. Funções gratificadas							
3. Totais (1+2)	01	05	14	144	89	01	

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sereh/Suest/SE

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011

		Quai	ntidade
	Regime de proventos / Regime de aposentadoria	De servidores	De aposentadorias
	Regime de proventos / Regime de aposentadoria	aposentados até	iniciadas no exercício
		31/12/2011	de referência
1	Integral	303	09
1.1	Voluntária	288	09
1.2	Compulsório		
1.3	Invalidez Permanente	14	
1.4	Outras	01	
2	Proporcional	64	-
2.1	Voluntária	62	
2.2	Compulsório	01	
2.3	Invalidez Permanente	01	
2.4	Outras		
3. T	otais (1+2)	367	09

Fonte: Sereh/Suest/SE

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011

	Quantidade de Bene	ficiários de Pensão
Regime de proventos do servidor instituidor	Acumulada até 31/12/2011	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	178	09
1.1. Integral	157	08
1.2. Proporcional	21	01
2. Em Atividade	79	03
3.Total (1+2)	257	12

Fonte: Sereh/Suest/SE

Nota Explicativa: Levantamento realizado manualmente com base no relatório da folha de pagamento de dezembro/2011.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

-	Quantita	tivo de contra	atos de estágio	vigentes	Dognogo no ovenejsio
Nível de escolaridade	1°	2°	3°	4°	Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	Trimestre	Trimestre	Trimestre	Trimestre	(em K\$ 1,00)
1. Nível Superior	10	13	12	12	
1.1 Área Fim	03	02	01	01	
1.2 Área Meio	07	11	11	11	
2. Nível Médio	14	17	17	16	
2.1 Área Fim	01	01	02	02	
2.2 Área Meio	13	16	15	14	
3. Total (1+2)	24	30	29	28	141.781,58

Fonte: Sereh/Suest/SE

Nota Explicativa: Informado apenas o total do custo com estagiários, devido os dados do extrator não permitirem a separação entre as áreas meio e fim, como também nível superior e nível médio.

5.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

									Valores em R# 1	,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciár ios	Demais Despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões judiciais	TOTAL
	Membros de po	der e agentes p	olíticos							
	Servidores de C	arreira que nã	o ocupam cargo o	de provimento	em comissão					
2011	9.835.329,18	137.737,20	9.125.471,21	2.027.215,36	2.438.209,56	1.497.295,99			177.607,51	238.865,93
2010	29.203.371,94	146.161,26	10.917.727,48	3.229.589,94	2.283.541,47	590.808,91	3.679,68	5.826,01	217.062,03	597.768,72
2009	14.857.486,32	144.137,72	13.984.984,95	4.101.683,55	1.335.272,43	82.280,75			288.358,98	794.204,70
	Servidores com	Contratos Ten	porários							
2011	147.120,00		12.260,00	4.086,66						163.466,66
2010	202.290,00		13.792,50	6.129,99						222.212,49
2009	203.311,66		16.857,50	340,55						220.509,71
	Servidores Cedi	idos com ônus o	ou em Licença							
2011			ir rubricas específic s as rubricas de apo			com ônus, os mes	smos estão inclus	os como servidores		
	Servidores ocup	antes de Cargo	s de Natureza Es	special						
2011										
	Servidores ocup	oantes de cargos	s do GrupoDireç	ão e Assessorar	nento Superior					
2011	215.578,24									215.578,24
2010	150.064,20									150.064,20
2009	162.248,74									162.248,74
	Servidores ocup	antes de Funçõ	ées gratificadas							
2011	59.153,56									59.153,56
2010	60.323,78									60.323,78
2009	60.238,56									60.238,56

Fonte: SIAPE/Sereh/Suest/SE

5.5 Terceirização de Mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

5.5.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

<u>Unidade Contratante</u> Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE													
Nome: FU	J NDA (ÇÃO NA	CIONAL D	<u>E SAÚDE</u>									
UG/Gestão	o: 2550	26			CNPJ: 26	.989.350/0016	<u>5-00</u>						
<u>Informações sobre os contratos</u>													
Ano do	<u>Área</u>	<u>Natu</u>	Identifica ção do	Empresa Contratada (CNPJ)	<u>a execução das atividades</u> <u>exigido dos trabalhadores</u> <u>contratados</u>								Sit.
<u>contrato</u>		<u>reza</u>	Contrato	(CN13)			<u>I</u>	7	N	<u> 1</u>	5	<u> </u>	
					<u>Início</u>	<u>Fim</u>	<u>P</u>	<u>C</u>	<u>P</u>	<u>C</u>	<u>P</u>	<u>C</u>	
				08.146.561/									
1													-
2007	L	O	08/2007	0001-05	25/07/2011	24/07/2012	08	-	-	-	-	-	P
2007	L	О	08/2007	0001-05 020815740	25/07/2011	24/07/2012	08	-	-	-	-	-	Р
<u>contrato</u>			Contrato		<u>Início</u>	<u>Fim</u>	<u>P</u>	<u>C</u>		<u>C</u>	<u>P</u>	<u>C</u>	

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Salog/Diadm/Suest/Se

5.5.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.13 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

				Unidado	e Contrata	nte							
Nome: FUN	NDAÇÃ	O NA	CIONAL DA S	AÚDE									
UG/Gestão	: 255026)				6.989.350/0	016-	<u>00</u>					
				Informações	sobre os co	ontratos							
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período c de execu ativio		dos	trab:	aridad alhadd atados	ores s		Sit.	
Contraco			do contrato	(CNPJ)		atadas]			<u>/I</u>			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	1	О	08/2007	08146561/ 0001-05	25/07/20 11	24/07/12	8	-	_	_	_	_	P
2011	3	0	07/2011	020815740 00167	22/07/20	21/07/20	8	_	_	1	_	_	A
2010	4	0	15/2010	071191760 001-06	17/11/20	16/11/20	5	_	_	_	_	_	Р
2011	5	0	11/2011	08346146/0 001-03	20/09/20	19/09/20	_	_	_	1	_	_	A
2011	5	0	10/2011	001291660 001-02	20/09/20	19/09/20 12	_	-	_	-	-	1	A
2010	6	О	17/2010	03906867/0 001-07	20/12/20	19/12/20 12	1	-	-	-	-	-	P

2008	7												
				08594305/0	19/08/20	18/08/20							
		О	08/2008	001-80	11	12	2	-	-	2	-	-	E
2011	01												
				11793137/0	22/07/20	21/07/20							
		О	09/2011	001-67	11	12	F	-	-	-	-	-	Α
2011	14												
				11176432/0	02/05/20	01/05/20							
		0	04/2011	001-74	11	12	-	-	-	2	-	-	Α
2007	1												
				08146561/	25/07/20								
		О	08/2007	0001-05	11	24/07/12	8	-	-	-	-	-	P

LEGENDA

Área:

- 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- 3. Serviços de Copa e Cozinha;
- 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
- 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
- 6. Apoio Administrativo Menores Aprendizes;
- 7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. **Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Salog/Diadm/Suest/Se

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Justificativa: A Suest/SE não possui indicadores desenvolvidos para a área de pessoal e nem há previsão de desenvolvê-los.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.2 Informações sobre a Prestação de Contas relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.6.4 - Resumo da Prestação de Contas sobre transferências concedidas pela UJ na Modalidade de Convênios, Termos de Cooperação e de Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

	Unidade Concedente										
Nome: Superi	Nome: Superintendência Estadual em Sergipe										
CNPJ:269893	350001600	UG/GESTÃO:255026/36	5211								
Exercício da	Ovantitativas a	montante repassados	(Quantic	Instrumentos dade e Montante Re	passado)						
prestação das contas	Quantitativos e	montante repassados	Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse						
	Contag prostadas	Quantidade	09	-							
2011	Contas prestadas	Montante Repassado	3.295.950,59	-							
2011	Contas NÃO	Quantidade	01	-	01						
	prestadas	Montante Repassado	38.968,23	-	38.949,86						
	Contag prostadas	Quantidade	19	-							
2010	Contas prestadas	Montante Repassado	2.416.635,87	-							
2010	Contas NÃO	Quantidade	-	-							
	prestadas	Montante Repassado	-	-							
2009	Contas prestadas	Quantidade	12	-	01*						

		Montante Repassado	8.016.005,60	-	90.000,00
	Contas NÃO	Quantidade	01	•	•
	prestadas	Montante Repassado	9.020.963,80	•	•
Anteriores a	Contas NÃO	Quantidade	-	-	-
2009	prestadas	Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Siafi/Secon/Gab/Suest/SE

6.2.1 Informações sobre a análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.5 – Visão Geral da análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

		Unidade	Concedente ou Contratante		
Nome: Superin	tendência Estadu				
CNPJ:2698935	0001600	UG	G/GESTÃO:255026/36211/		
Exercício da				Instrui	nentos
prestação das contas	Quant	itativos e mon	Convênios	Contratos de Repasse	
	Quantidade de co	ntas prestadas		09	02
	Com prazo de	Quantidada	Contas analisadas	-	02
	análise ainda	Quantidade	Contas Não analisada	-	-
	não vencido	Montante rep		1	450.000,00
2011		Contas	Quantidade Aprovada	02	-
	Com prazo de	analisadas	Quantidade Reprovada	02	-
	análise vencido		Quantidade de TCE	*02	-
		Contas NÃO	Quantidade	02	01
		analisada	Montante repassado (R\$)	2.601.928,96	1.407.021,86
	Quantidade de co	ntas prestadas	19	-	
	G .	Quantidade A	provada	10	-
2010	Contas	Quantidade Reprovada		03	-
2010	analisadas	Quantidade de TCE		03	-
	Contas NÃO	Quantidade		02	01
	analisadas	Montante rep	assado (R\$)	298.805,87	120.000,00
	Quantidade de co	ntas prestadas		12	-
	G .	Quantidade A	provada	03	-
2009	Contas analisadas	Quantidade R		03	-
2009	analisadas	Quantidade d		03	-
	Contas NÃO	Quantidade		06	-
	analisadas	Montante rep	assado	4.979.681,02	-
Exercícios anteriores a	Contas NÃO	Quantidade		15	-
2009	analisadas	Montante rep	assado	8.247.200,70	-

Fonte: Siafi/Secon/Gab/Suest/SE

^{*} O campo Contrato de Repasse corresponde aos Termos de Compromisso/PAC (conf. orientação da Presidência)

^{*} Foram instauradas 06 TCE'S em 2011 sendo que apenas 02 correspondem as prestações de contas apresentadas no exercício.

6.3 Análise Crítica:

Para sanear as transferências na situação de inadimplência, foram expedidas notificações aos agentes responsáveis e, quando do não atendimento as referidas notificações, foram instauradas as competentes Tomadas de Contas Especiais.

Visando o atendimento ao disposto no art.35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, parágrafo 1°, do Decreto 6.752/2010, com redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere, foram prorrogadas as vigências dos Convênios, Termos de Compromisso – PAC e Termos de Cooperação Técnica, conforme Termos Aditivos publicados no D.O.U.

Ao compararmos o montante de recursos transferidos nos últimos 03 (três) anos (2009 – 2011), sendo repassados R\$ 1.061.410,26 em 2009, R\$ 5.892.334,37 em 2010 e R\$ 2.528.583,02 em 2011 ocorrendo uma redução significativa em relação ao exercício anterior. Os fatores que contribuíram para a redução acima citada foram à troca de Superintendentes e processos firmados com o Governo do Estado de Sergipe (orçamento 2007) com montante bem significativo e previsto a liberação para 2011 não ter se concretizado, em face da pendência do Parecer da PGF visando à mudança na titularidade do convenente uma vez que houve reestruturação na Secretaria do Governo do Estado (Secretaria conveniada).

Como forma de gerir as transferências no exercício de 2011 houve a sensibilização dos conveniados por parte do Superintendente encaminhado ofícios de solicitações, notificações, reuniões e instaurações de TCE, além de supervisões in loco.

A evolução nas análises das prestações de contas de certa forma tem sido prejudicada, em face da prioridade de análises dos novos projetos ficando as prestações de contas para uma segunda etapa, relacionadas como contas não analisadas. É conveniente citar que outro fator é a redução no quantitativo de recursos humanos.

Com a descentralização dos atos subsequentes à Celebração dos Convênios, Termos de Compromisso e Termos de Cooperação Técnica, foi delegada a esta Superintendência uma maior autonomia no gerenciamento das transferências dos recursos em 2011, possibilitando o atendimento as solicitações dos conveniados de forma ágil, porém o corte nos recursos para diárias e a redução de servidores (aposentadorias sem novas contratações) tem prejudicado à fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

7. DECLARAÇÃO REFERENTE A CONTRATOS E CONVÊNIOS

7.1 Modelo de Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

Quadro A.7.1 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, GICELMA TEIXEIRA SANTOS, CPF nº 313.640.805-59, ocupante do cargo de Agente Administrativo, exercido na Seção de Logística da Divisão de Administração da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Sergipe, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Aracaju (SE), 30 de março de 2012.

Gicelma Teixeira Santos CPF nº 313.640.805-59

Agente Administrativo

DECLARAÇÃO

Eu, EDELNIR ALVES DOS ANJOS, CPF nº 202.028.575-49, ocupante do cargo de Agente Administrativo, exercido no Serviço de Convênios da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Sergipe, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Aracaju (SE), 30 de março de 2012.

Edelnir Alves dos Anjos CPF nº 202.028.575-49

Chefe do Serviço de Convênios

8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da

obrigação de entregar a DBR

Detentance de Conces e	Cituação em voloção às	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR				
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro		
Autoridades	Obrigados a entregar a DBR					
(Incisos I a VI do art. 1º da Lei	Entregaram a DBR					
n° 8.730/93)	Não cumpriram a obrigação					
	Obrigados a entregar a DBR		01			
Cargos Eletivos	Entregaram a DBR		01			
	Não cumpriram a obrigação					
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	07	07	20		
(Cargo, Emprego, Função de	Entregaram a DBR	07	07	20		
Confiança ou em comissão)	Não cumpriram a obrigação	-	-	-		

Fonte: Sereh/Socad/Suest/SE

Nota Explicativa: Com relação à coluna Cargos Eletivos (Final do exercício da Função ou Cargo), foi considerada a situação de um servidor que se encontrava investido no cargo eletivo de Prefeito, renunciou ao mandato e retornou ao órgão de origem(Funasa) para ocupar o seu cargo efetivo.

8.2 Análise Crítica:

O Serviço de Recursos Humanos da Suest/SE baseado na Instrução Normativa nº 65/2011, que dispões sobre os procedimentos referentes às Declarações de Bens e Rendas, a serem apresentadas pelas autoridades e servidores públicos federais, passou a receber no Setor de Cadastro e Pagamento, os formulários de autorização de acesso a Declaração Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física entregues pelos mesmos. Por não existir no âmbito desta Superintendência Estadual, sistema informatizado de gerenciamento para tal finalidade, esses formulários são entregues em meio físico (papel) e arquivados em pastas do tipo AZ

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DA UJ

9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno		A	valiaç	ão	
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à				X	
consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os			X		
servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em			X		
documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e		X			
servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos,					
das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das			X		
responsabilidades.					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados			X		
planejados pela UJ.		_	_	_	_
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas			X		
da unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa)	X				
envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da					
probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para					
mitigá-los.			v		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de			X		
conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no		X			
perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		Λ			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em		X			
uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		Λ			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos			X		
da unidade.			21		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para					X
apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					7.
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e				X	
valores de responsabilidade da unidade.					
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os		X			
riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam		X			
consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de		X			
benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão		X			
diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada,				X	
armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente				X	
para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e			X		
indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas		X			
as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua		X			
validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas			X		
avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu			X		
desempenho.					

Considerações gerais: Para analisar e responder as afirmativas constantes do quadro acima, o Superintendente Estadual reuniu-se com os representantes das áreas estratégicas da unidade.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental			Avaliação			
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5	
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem				X		
em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e						
matérias primas.						
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade						
ambiental foram aplicados? R Fabricação de produtos com menor degradação ao meio						
ambiente e produtos matérias primas recicladas.						
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente		X				
adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior						
quantidade de conteúdo reciclável.						
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por		X				
fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de						
limpeza biodegradáveis).						
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência	X					
de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como						
critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.						
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido						
considerada nesses procedimentos?						
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor	X					
consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).						
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses						

produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
R. – Papel.					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos	X			Ī	
poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi					
incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização,	X				
reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido					
manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e	X				
qualidade de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia,				X	
possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da					
edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais					
que reduzam o impacto ambiental.				T 7	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua				X	
destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				T 7	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a				X	
diminuir o consumo de água e energia elétrica.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha Por moio do Polostros adventivos.					
Por meio de Palestras educativas.				v	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de				X	
proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					
 Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha Por meio de Palestras. 					
FOI IIICIO de Falestras.					
Considerações gerais: Para analisar e responder as afirmativas constantes do quadro ac	ime	Q 511	nerin	tendo	nte
Estadual reuniu-se com os representantes das áreas estratégicas da Unidade.	iiia, (o su	рстп	tende	iiic
Listadadi Tedina se com os representantes das dieds estrategicas da Omado.					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					
integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					
parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do					
fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					
parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					
integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA - UF SE		PROPRIEDADI	DE IMÓVEIS DE E DA UNIÃO DE
	•	EXERCÍCIO 2011	LIDADE DA UJ EXERCÍCIO 2010
	Amparo do São Francisco	01	01
	Aquidabã	03	03
	Aracaju	02	03
	Arauá	01	01
	Brejo Grande	02	02
	Canhoba	01	01
	Canindé do São Francisco	01	01
	Capela	02	03
	Carmópolis	01	01
	Cedro de São João	02	02
	Cristinápolis	01	01
	Cumbe	01	01
	Divina Pastora	01	01
	Estância	02	02
	Feira Nova	01	01
	Frei Paulo	02	02
	Gararú	01	01
	General Maynard	01	01
	Graccho Cardoso	01	01
BRASIL	Ilha das Flores	02	02
	Indiaroba	01	01
	Itabaiana	03	03
	Itabaianinha	02	02
	Itabí	01	01
	Japaratuba	03	03
	Japoatã	03	03
	Malhada dos Bois	01	01
	Monte Alegre	01	01
	Muribeca	04	04
	Neópolis	07	07
	Nossa Senhora das Dores	02	02
	Nossa Senhora da Glória	01	01
	Nossa Senhora de Lourdes	02	02
	Pacatuba	02	02
	Pedra Mole	01	01
	Pirambu	01	01
	Poço Redondo	01	01
	Porto da Folha	01	01
	Própria	03	03

	Riachuelo	01	01
	Riachão do Dantas	01	01
	Rosário do Catete	01	01
	Santana do São Francisco	01	01
	Santo Amaro das Brotas	02	02
	São Francisco	01	01
	Simão Dias	02	02
	Telha	01	01
	Tobias Barreto	02	02
	Subtotal Brasil	81	83
EXTERIOR	PAÍS 1	=	=
EATERIOR	PAÍS "n"	=	=
	Subtotal Exterior	-	-
	Total (Brasil + Exterior)	81	83

Fonte: SPIUNET/Siafi e Sopat/Salog/Diadm/Suest/SE

Análise Crítica:

Ocorreram variações no quantitativo de imóveis em dois municípios. O primeiro, em Aracaju, com um prédio que era utilizado anteriormente pela ex-SUCAM, sendo que na data da criação da Funasa este imóvel já não era mais utilizado por aquela instituição, sendo assim, em cumprimento a Lei 8.029/90 (onde assegurou que todos os imóveis utilizados pela ex-FSESP e ex-SUCAM, seriam transferidos para o patrimônio imobiliário da Funasa, desde que estivessem sendo utilizados por um deles), e o registro do imóvel em cartório estava sob domínio ainda da União, o mesmo foi transferido no cadastro do SPIUnet para a União, conforme Processo nº 25280.006.372/2010-51. O segundo, no Município de Capela, que apesar de não se encontrar cadastrado no SPIUnet, sempre tivemos a posse do imóvel onde funcionava o Galpão de Saneamento. Após a localização da Lei Municipal de Doação nº 11/93, procuramos efetivar a regularização do imóvel, ou seja lavrar a Escritura Pública de Doação por parte do município à Funasa. Ao tomar conhecimento da situação pretendida o prefeito utilizando o preceituado no Art. 2º da referida Lei, se posicionou contrário à doação, partindo do princípio de que a Funasa não mais executa atividades de saneamento, objeto pelo qual foi doado o imóvel. Assim, com base no dispositivo legal, o município solicitou da Funasa, por meio de Ofício nº 189/2011, a rescisão do Termo de Cessão de Uso nº 26/2010, firmado entre ambas as partes. Em ato contínuo foi aberto o Processo nº 25280.010.917/2011-13 para tal finalidade, onde após análises e pronunciamentos das instâncias competentes consagrou-se o domínio do município sobre o imóvel.

Ao longo de décadas as duas instituições principais precursoras da FUNASA, a ex-SUCAM e a ex-FSESP, não atuaram de forma efetiva quanto à regularização dos seus bens imóveis. Desde 2005, quando foram reiniciados os trabalhos de regularizações dos imóveis, a maioria desses foi regularizada, porém, muitos imóveis que se encontravam na condição de regularizados, na prática, estavam apenas com o terreno registrado no nome da instituição, sem as devidas averbações das construções em cartórios e/ou prefeituras. Evidenciamos que, em quase todos os imóveis, os municípios e/ou Estado ampliaram as áreas já construídas, o que se faz necessário uma nova averbação em cartório, alterando dessa forma a condição anterior de regularizado para em regularização. Cabe ressaltar as dificuldades enfrentadas pela Superintendência da Funasa em Sergipe com vista à regularização desses imóveis, no exercício em referência, que perpassa desde a insuficiência e/ou disponibilidade de profissionais técnicos qualificados, como topógrafo e engenheiro, até o fornecimento de documentos exigidos no processo de regularização, por parte das Prefeituras, Cartórios e Receita Federal, além da dificuldade enfrentada internamente no tocante ao deslocamento aos municípios, da equipe responsável pela regularização dos imóveis junto aos cartórios e/ou prefeituras, por conta da limitação das 40 diárias

por servidor, durante o exercício em referência, estabelecido por meio do Decreto nº 7.446 de 01/03/2011, que ocasionou a indisponibilidade de motoristas para esse fim.

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de	,	Valor do Imóv	vel	Despes Manute exer	
CG	KII	Regime	Conser vação	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instala ções
SE	3101.00002.500.4	18	4	18.982,90	13/12/2010	385.245,46		
SE	3103.00004.500.1	5	4	194.526,62	24/02/2011	1.463.633,33		
SE	3103.00005.500.7	5	3	49.836,99	24/02/2011	373.606,50		
SE	3103.00006.500-2	5	2	-	03/03/2011	994.797,43		
SE	3105.00091.500.2	21	5	245.975,07	07/11/2011	7.840.510,16	357,77	2.236,00
SE	3105.00147.500.6	5	1	246.786,32	25/10/2011	1.977.771,93		
SE	3107.00002.500.3	5	2	82.294,51	10/12/2010	482.042,22		
SE	3113.00004.500.9	5	1	66.529,04	11/05/2011	799.308,31		
SE	3113.00005.500.4	5	2	21.214,67	13/12/2010	163.622,45		
SE	3121.00008.500.1	18	3	23.388,41	08/02/2011	103.534,00		
SE	3123.00002.500.5	5	2	83.559,67	13/12/2010	900.115,89		
SE	3125.00005.500.8	5	2	13.267,33	14/02/2011	137.557,78		
SE	3125.00004.500.2	5	2	13.471,44	23/05/2011	198.977,52		
SE	3129.00003.500.0	5	1	63.563,64	11/05/2011	644.096,57		
SE	3131.00003.500.1	18	1	46.643,12	14/12/2010	465.345,21		
SE	3131.00004.500.7	5	3	11.487,04	12/05/2011	132.615,88		
SE	3133.00007.500.0	5	3	55.915,64	16/12/2010	182.966,72		
SE	3137.00002.500.5	5	2	16.868,14	02/02/2011	155.573,44		
SE	3139 00001.500-6	18	3	-	18/02/2011	194.052,60		
SE	3141.00015.500.4	5	3	230.965,49	12/05/2011	541.235,52		
SE	3141.00016.500.0	18	4	19.151,51	26/12/2000	-		
SE	3143.00002.500.0	5	5	22.965,94	02/02/2011	180.566,30		
SE	3145.00006.500.8	5	1	59.476,69	20/12/2010	1.404.958,60		
SE	3145.00005.500.2	5	3	13.504,23	20/12/2010	173.087,20		
SE	3149.00003.500.4	5	3	62.139,76	16/12/2010	348.882,45		
SE	3147.00003.500.8	5	3	18.719,89	22/12/2010	241.188,23		
SE	3151.00004.500.1	5	4	16.213,73	29/03/2011	118.762,75		
SE	3153.00004.500.8	5	1	43.632,71	13/12/2010	532.557,90		
SE	3153.00003.500-2	5	1	11.459,73	21/12/2010	199.378,50		
SE	3155.00003.500-9	18	4	14.223,55	10/12/2010	430.136,53		
SE	3157.00026.500.0	5	3	64.205,85	23/02/2011	724.833,39		
SE	3157.00017.500.1	5	5	260.627,14	13/06/2011	1.333.581,92		
SE	3157.00018.500.7	5	2	10.783,75	18/05/2011	25.589,19		
SE	3159.00004.500.7	5	5	13.442,68	23/12/2010	129.835,90		

SE	3159.00005.500.2	5	2	57.091,00	23/12/2010	668.515,40	
SE	3161.00002.500.8	5	2	60.449,72	04/02/2011	309.477,69	
SE	3165.00006.500.2	5	1	13.455,15	18/02/2011	104.369,94	
SE	3165.00008.500.3	5	1	13.166,93	15/02/2011	240.042,53	
SE	3165.00007.500.8	5	1	247.156,60	15/02/2011	412.050,89	
SE	3167.00012.500.1	5	3	12.716,33	23/02/2011	436.398,19	
SE	3167.00011.500.6	5	4	9.505,82	23/02/2011	110.055,53	
SE	3167.00010.500.0	18	1	107.806,62	23/02/2011	989.894,78	
SE	3175.00006.500.0	5	2	16.208,33	13/12/2000	ı	
SE	3183.00002.500.9	5	1	36.278,79	21/02/2011	244.735,83	
SE	3185.00005.500.1	5	3	21.006,89	16/05/2011	153.602,49	
SE	3185.00007.500.2	5	4	28.928,02	21/02/2011	214.211,06	
SE	3185.00008.500.8	5	3	11.678,12	22/02/2011	209.272,03	
SE	3185.00006.500.7	5	4	84.077,25	21/02/2011	300.202,93	
SE	3187.00011.500.0	5	4	9.846,31	14/02/2011	57.355,29	
SE	3187.00010.500.5	5	2	11.451,53	14/02/2011	78.276,28	
SE	3187.00017.500.3	5	2	153.814,42	01/04/2011	1.049.963,27	
SE	3187.00004.500.2	5	2	18.159,81	14/02/2011	116.731,24	
SE	3187.00015.500.2	15	5	38.142,07	10/02/2011	325.586,42	
SE	3187 00016.500-8	5	4	-	22/03/2011	213.260,94	
SE	3187.00012.500.6	5	5	9.771,39	16/05/2011	374.368,37	
SE	3189.00039.500.0	5	1	149.213,59	24/03/2011	492.267,30	
SE	3191.00008.500.2	5	3	102.192,98	22/03/2011	564.251,76	
SE	3191.00007.500.7	5	4	176.746,65	13/06/2011	1.389.057,46	
SE	3193.00003.500.1	5	3	14.995,14	17/06/2011	392.478,56	
SE	3193.00004.500.7	5	5	22.042,90	12/05/2011	215.353,74	
SE	3197.00014.500.4	5	4	15.217,25	23/05/2011	94.968,15	
SE	3197.00015.500.0	14	4	40.668,67	18/05/2011	265.276,56	
SE	3199.00003.500.0	14	8	5.950,79	06/06/2011	145.699,12	
SE	3205.00003.500.9	5	2	29.366,94	09/12/2010	243.578,12	
SE	3207.00018.500.7	5	3	33.249,26	01/04/2011	730.960,19	
SE	3211.00005.500.4	5	2	65.458,12	21/03/2011	940.992,38	
SE	3213.00009.500.2	5	2	12.596,20	02/06/2011	193.911,00	
SE	3213.00007.500.1	5	4	5.149,42	29/12/2000	-	
SE	3213.00008.500.7	18	3	323.636,49	28/03/2011	1.111.398,24	
SE	3215.00003.500.6	5	1	33.251,27	25/03/2011	167.984,92	
SE	3217.00003.500.2	5	3	32.518,34	24/03/2011	190.269,57	
SE	3221.00002.500.5	5	2	79.286,65	21/03/2011	378.677,80	
SE	3237.00003.500.7	5	2	37.026,91	22/03/2011	213.260,94	
SE	3231.00003.500.8	5	4	107.145,84	01/04/2011	1.014.748,32	
SE	3231.00004.500.3	5	2	80.197,50	01/04/2011	200.163,35	
SE	3237.00003.500.7	5	1	37.026,91	04/04/2011	369.093,45	
SE	3241.00005.500.6	5	4	58.672,98	04/04/2011	996.861,96	
SE	3241.00011.500-9	5	5	-	10/05/2011	789.357,82	

SE	3245.00002.500.2	5	2	22.003,62	04/04/2011	161.688,34		
SE	3247.00007.500.6	18	3	26.163,34	08/02/2011	171.954,85		
SE	3247.00005.500.5	5	3	141.677,58	10/02/2011	1.827.641,20		
Total:							357,77	2.236,00

Fonte: SPIUNET/SIAFI e Sopat/Salog/Diadm/Suest/SE

Análise Crítica:

Realizamos durante o exercício de 2011, as avaliações e o cadastramento no SPIUnet, de todos os nossos imóveis, com exceção de (03) três localizados nos municípios de Propriá , Estância e Malhada dos Bois (pendências sanadas no início de 2012). O primeiro devido funcionar uma Estação de Tratamento de Água – ETA e até o final do exercício, a Companhia de Saneamento de Água e Esgotos de Sergipe – DESO não enviou as informações técnicas solicitadas das estruturas (caixas d'água), para que possamos concluir a avaliação do imóvel. O segundo devido o registro do terreno se encontrar em nome do município e, tendo em vista que não foi localizada a Lei de Doação desse imóvel a ex- FSESP, o prefeito atual se pronunciou por meio do Ofício nº 243/2010, contrário a elaboração de uma nova Lei de Doação, já que o município é quem está utilizando o imóvel e não a Funasa, sendo assim, foi aberto o Processo nº 25280.008.776/2011-61, onde a Procuradoria Federal já se pronunciou favorável ao pleito do município e estamos no aguardo do pronunciamento da Presidência da FUNASA para concluirmos o processo. O último, por equívoco, não foi lançada sua reavaliação no SPIUnet e consequentemente no SIAFI.

Todos os imóveis cedidos às Prefeituras ou ao Estado de Sergipe foram classificados no Regime 5.

Dois imóveis foram classificados no Regime 14 e estão parcialmente ocupados por moradores. O localizado no município de Pacatuba, já existe um processo judicial de reintegração de posse devidamente acompanhado pela Procuradoria Federal. Quanto ao localizado no município de Pedra Mole, foi aberto o Processo nº 25280.010.917/2011-13, que se encontra na Presidência da Funasa para análise e emissão de parecer conclusivo sobre a solicitação do gestor municipal acerca da devolução do terreno ao município, já que a Funasa não construiu o Posto de Saúde, objeto da Lei Municipal de Doação nº 11/93.

O imóvel identificado no Regime 15 continua sendo utilizado de forma parcial com relação ao objeto para o qual foram construídas. Das quatros casas existentes, duas estão sendo utilizadas como residências funcionais e as outras duas foram cedidas ao município para funcionamento de atividades voltadas à assistência social da comunidade, cujo processo de cessão de uso foi analisado e aprovado pela Procuradoria Federal.

Nove imóveis identificados como irregulares foram classificados no Regime 18, devido não possuir os documentos exigidos para os respectivos registros em cartórios, no nome da Funasa, embora todos estejam cedidos aos municípios citados e sendo utilizados de acordo com a finalidade de uso, excetuando apenas o da cidade de Estância, conforme situação justificada no quadro anterior. Cabe ressaltar que, com o objetivo de regularizar os referidos imóveis, foram realizadas pesquisas junto aos Cartórios, Câmeras de Vereadores e Prefeituras, porém, não obtivemos êxito algum. Diante da situação apresentada, foram abertos os respectivos Processos, os quais após pronunciamento da Procuradoria Federal foram encaminhados à Presidência da Funasa para emissão de parecer conclusivo.

O imóvel no Regime 21 refere-se ao prédio onde funciona a sede da Funasa/SE.

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

13.1 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de Cartão de Crédito Corporativo na Unidade e utilização no exercício

Quadro A.13.1 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

	v mores em re						
Código da UG 1	255026		Limite de Util UG	ização da	38.250,00		
			Valor do	\mathbf{V}	alor		
Portador		CPF	Limite Individual	Saque	Fatura	Total	
Elinos Sabino dos Santos		362083705-82	5.000,00	1.214,00	4.180,77	5.394,77	
Total utilizado pel	a UG			1.214,00	4.180,77	5.394,77	
Código da UG 2:			Limite de Utilização da UG:				
-		-	-	-	-	-	
Total utilizado pel	a UG						
Total utilizado pel	a UJ			1.214,00	4.180,77	5.394,77	

Fonte: Siafi

13.1.2 Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade

Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque Fatura		ura	Total (R\$)	
Exercicios	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	03	1.214,00	05	4.180,77	5.394,77
2010	07	867,00	04	2.478,95	3.345,95
2009	19	2.697,73	08	7.532,29	10.230,02

Fonte: UG 255000

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadros A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada							
Denominação completa: Código SIORG							
Superinter	Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe 2207						
	Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Con	nunicação Expedida	
01	TC-026.777/2011-8	7531/2011 - Aposentadoria	1.6	Determinação		Ofícios nº 39630- /Sefip, de 28/09/2011.	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG							
Superinter	Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe 2207						

Descrição da Deliberação:

Determinar a Superintendência Estadual em Sergipe o cadastro no Sistema SISAC e enviar a esse Tribunal, via controle interno, no prazo máximo de 30 dias, novos atos de aposentadoria para os interessados, corrigindo as seguintes falhas: a) nos atos de Luiz de Souza, divergência entre o tempo de serviço para a aposentadoria e o somatório da discriminação dos tempos de serviço e de licenças computados para aposentadoria, já que essas duas informações devem ser iguais; b) não preenchimento do anexo de funções comissionadas, havendo parcela de quintos, na aposentadoria de Norma de Campo Menezes.

Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação	Código SIORG				
Serviço de Recursos Humanos/Setor de Cadastro e Pagamento/Suest/SE					

Síntese da providência adotada:

Todas as providências foram adotadas pelo Serviço de Recursos Humanos desta Superintendência, por meio do Setor de Cadastro e Pagamento visando o cumprimento da deliberação desse TCU, no prazo estabelecido.

Foram cadastrados no SISAC os novos atos das aposentadorias acima citadas e comprovado junto à CGU, conforme Ofício nº 139/Socad/Sereh/Suest/SE, datado de 21/11/2011.

Síntese dos resultados obtidos

As situações já foram devidamente regularizadas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve dificuldades para o cumprimento da deliberação.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:	Código SIORG				
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe	2207				

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
02	TC-022.705/2011-2	9040/2011 - Aposentadoria	9.1 e 9.2	Determinação	Ofícios nº 41770- TCU/Sefip, de 21/10/2011.			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação							Código SIORG
Superinter	Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe						2207

Descrição da Deliberação:

Determinar ao órgão de origem que, no prazo de 60(sessenta) dias, cadastre novos atos no Sisac, corrigindo as falhas apontadas por este Tribunal ou preenchendo o campo "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", caso não sejam devidas as correções ora determinadas.

Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação	Código SIORG				
Serviço de Recursos Humanos/Setor de Cadastro e Pagamento/Suest/SE					

Síntese da providência adotada:

Todas as providências foram adotadas pelo Serviço de Recursos Humanos desta Superintendência, por meio do Setor de Cadastro e Pagamento visando o cumprimento da deliberação desse TCU, no prazo estabelecido.

Foram cadastrados no SISAC os novos atos de aposentadorias em favor de Maria Bernadete Lima de Oliveira e José Lourenço dos Santos e comprovado junto à CGU, conforme Ofício nº 140/Socad/Sereh/Suest/SE, datado de 21/11/2011.

Síntese dos resultados obtidos

Situações devidamente regularizadas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve dificuldades para o cumprimento da deliberação.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:	Código SIORG				
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe	2207				
Deliberações do TCU					

Deliberações expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
03	TC-031.897/2011-8	10052/2011 - Aposentadoria	9.3	Determinação	Ofícios nº 44489- TCU/Sefip, de 08/12/2011.			

Órgão/entidade objeto da dete	Código SIORG
Superintendência Estadual da Fu	2207

Descrição da Deliberação:

- 9.3.1. no prazo de quinze dias, fazer cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado por esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno do TCU; 9.3.2. dar ciência do inteiro teor do acórdão a ser proferido ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;
- 9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhar a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento da decisão desta Corte; e
- 9.4. esclarecer à unidade de origem que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade verificada, nos termos do art. 262, § 2°, do Regimento Interno.

Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação	Código SIORG				
Serviço de Recursos Humanos/Setor de Cadastro e Pagamento/Suest/SE					

Síntese da providência adotada:

Foi dada ciência ao servidor Frederico Falcão Teti do teor do presente Acórdão, dentro do processo de aposentadoria

Foi confeccionado um novo Mapa de Tempo de Contribuição, onde ficou constatado o direito do servidor pela sua aposentadoria. A partir daí, foram tornadas sem efeito as última Portarias de Concessões e emitida nova Portaria de Concessão da Aposentadoria do referido servidor, onde foram sanados os motivos da ilegalidade apontados anteriormente.

Em seguida foi atualizado o ato no Sisac e encaminhado o processo de aposentadoria para a CGU no prazo estabelecido.

Síntese dos resultados obtidos

Situação devidamente regularizada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

Não houve dificuldades para o cumprimento da deliberação.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadros A.15.2 - Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada								
Denomina	ação completa:					Código SIORG		
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe					2207			
Deliberações do TCU								
Deliberações expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
01	TC-005.725/2002-7	467/2010 - Recursos de Reconsideração	9.7 do Acórdão 635/2006	Determinação	Ofícios nºs 251/2010 e 425/2010-TCU/SECEX-SE, de 25/03 e 12/05/2010.			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG					Código SIORG			
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe					2207			
1								

Descrição da Deliberação:

Fica determinado a Vossa Senhoria, na Condição de Coordenador Regional da Funasa em Sergipe, que proceda ao desconto parcelado dos débitos e das multas adiantes mencionadas na remuneração/proventos dos servidores públicos José Roberto dos Santos e José Américo Menezes, mantendo-se o desconto já em andamento na remuneração do servidor Constancio Conceição dos Santos, observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ante a não quitação voluntária desses débitos, nos prazos concedidos, junto aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora calculados a partir das respectivas datas até a data do efetivo ressarcimento, e das multas individuais de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), junto aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas desde 17/03/2010 até a data do efetivo recolhimento.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação	Código SIORG				
Serviço de Recursos Humanos/Suest/SE					

Justificativa para o seu não cumprimento:

Não foi possível proceder aos descontos dos débitos e o recolhimento da multa referente ao Sr. José Roberto dos Santos, pelo fato de que o mesmo não mais pertence ao quadro de pessoal efetivo desta Funasa, tendo em vista que foi demitido por justa causa, conforme Portaria n. 387, de 10/03/2004, publicada no DOU de 12/03/2004.

Foi mantido o desconto nos proventos dos beneficiários de pensão do ex-servidor Constancio Conceição dos Santos, assim como foi incluído o desconto dos débitos na remuneração do servidor José Américo Menezes, a partir da folha de pagamento do mês de Junho/2010, ficando as parcelas relativas as multas a serem recolhidas posteriormente conforme determinação desse TCU.

Acontece que, por força de decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 000350667.2010.4.05.8500, impetrado pelo servidor José Américo Menezes, o desconto dos débitos foi suspenso no mês de setembro/2010, conforme Ofício n 910/2010-TCU/SECEX/SE, datado de 26/08/2010.

Em setembro/2011 esta Funasa/SE foi comunicada por meio do Ofício nº 1232/2011-TCU/SECEX-SE, datado de 26/09/2011, da decisão liminar proferida pelo Exmº. Sr. Ministro do STF Marco Aurélio: "para suspender a tramitação do Mandado de Segurança nº 000350667.2010.4.05.8500, em curso no Juízo da 1ª Vara Federal de Aracaju/SE, bem como para afastar a medida acautelatória nele formalizada"

Porém, o referido desconto não foi restabelecido na remuneração do servidor José Américo Menezes, devido a informação do TCU constante no citado Ofício de que "o deferimento da referida liminar pelo STF não ensejará, por ora, a retomada dos descontos na remuneração do referido servidor, tendo em vista a medida alternativa adotada pela Secex-SE prevista no item 9.8 do mesmo Acórdão no sentido de formalizar os processos de cobrança executiva correspondentes, autuados sob os nºs TC 024.933/2010-4 (multa), 024.934/2010-0 (débito) e 024.936/2010-3 (débito solidário), por meio dos quais o Ministério Público junto ao TCU remeteu os respectivos títulos executivos à Advocacia Geral da União para cobrança judicial das dívidas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As dificuldades enfrentadas comprometeram o cumprimento integral da determinação, conforme justificativas acima apresentadas.

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa: Código SIORG						
Superinter	ndência Estadual da Fu	ınasa no Estado de Sergi _l	pe			2207
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Ordem Processo Acórdão Item Tipo Comunicação Expedida					icação Expedida
02 TC-006.239/2002-0 1441/2010 – Recursos de Reconsideração 9.2 Determinação Ofício nº 698/2010-TCU/SECEX-SE						
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG						
Superinter	Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe 2207					

Descrição da Deliberação:

Com fundamento no art. 217 do Regimento Interno/TCU, autorizar o parcelamento da dívida a que foi condenado o Sr. José Alves de Farias Filho, em 24 (vinte e quatro) vezes, estendendo tal benefício aos demais responsáveis condenados pelo débito indicado na deliberação recorrida.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
Serviço de Recursos Humanos/Suest/SE		

Justificativa para o seu não cumprimento:

Tendo em vista que o servidor Genaldo Nunes Vasconcelos, não mais pertence ao quadro de pessoal efetivo desta Funasa, foi encaminhada a cópia do referido Acórdão ao INCRA, órgão para o qual o referido servidor foi redistribuído, para que fossem adotadas as providências cabíveis ao seu cumprimento, conforme Ofício nº. 76/2010/Sereh/Core/SE, datado de 16/09/2010.

As multas individuais aplicadas aos servidores José Antonio Perrucho de Farias e José Alves de Farias Filho, já foram devidamente recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional por meio de GRU, nos prazos concedidos por esse TCU.

Quanta a multa aplicada ao servidor José Américo Menezes, esta será objeto de cobrança judicial, considerando a medida liminar concedida no Mandado de Segurança nº 000350667-2010.4.05.8500, conforme Ofício n 935/2010-TCU/SECEX-SE, datado de 03/09/2010.

Em setembro/2011 esta Funasa/SE foi comunicada por meio do Ofício nº 1232/2011-TCU/SECEX-SE, datado de 26/09/2011, da decisão liminar proferida pelo Exmº. Sr. Ministro do STF Marco Aurélio: "para suspender a tramitação do Mandado de Segurança nº 000350667.2010.4.05.8500, em curso no Juízo da 1ª Vara Federal de Aracaju/SE, bem como para afastar a medida acautelatória nele formalizada"

Porém, a referida multa não foi lançada na remuneração do servidor José Américo Menezes, devido a informação do TCU constante no citado Ofício de que "o deferimento da referida liminar pelo STF não ensejará, por ora, a retomada dos descontos na remuneração do referido servidor, tendo em vista a medida alternativa adotada pela Secex-SE prevista no item 9.8 do mesmo Acórdão no sentido de formalizar os processos de cobrança executiva correspondentes, autuados sob os n°s TC 024.933/2010-4 (multa), 024.934/2010-0 (débito) e 024.936/2010-3 (débito solidário), por meio dos quais o Ministério Público junto ao TCU remeteu os respectivos títulos executivos à Advocacia Geral da União para cobrança judicial das dívidas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As dificuldades enfrentadas comprometeram o cumprimento integral da determinação, conforme justificativas acima apresentadas.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadros A.15.3 - Relatório de cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa:				Código SIORG
Superinter	Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe			2207
		Recomendações do OCI		
Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
01 201108838 - 2ª PARTE Não adoção de critérios de Regiona		22.520/2011-CGU- al/SE/CGU-PR, de 09/08/2011		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG	
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe 2207				2207

Descrição da Recomendação: 1

Realizar os processos de Licitação atendendo a Lei 8.666/93 bem como os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI nº. 01/2010, incluindo nos instrumentos convocatórios as exigências ambientais aplicáveis de forma a não frustrar a competitividade.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Administração/Suest/SE	

Síntese da providência adotada:

No intuito de atender a Recomendação da CGU e devido ao desconhecimento dos servidores da área, uma vez que os mesmos não foram capacitados quanto à forma de inclusão nos instrumentos convocatórios das exigências de critérios de sustentabilidade ambiental, foi realizada uma busca nos editais da CGU e TCU, visando implantar no âmbito desta Superintendência os critérios exigidos, porém, não conseguimos visualizar em seus processos licitatórios dados relacionados a essa orientação. Ressaltamos que, ao continuarmos na busca para solução do problema, localizamos o Edital do Exército e o Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal da ABIC, os quais deverão servir como orientativo para os novos instrumentos convocatórios.

Síntese dos resultados obtidos

Diante dos subsídios extraídos da busca acima relatada, a chefia da Divisão de Administração desta Superintendência convocou a equipe de pregoeiros, recém estruturada, com o objetivo de orientar quanto ao desenvolvimento dos processos de trabalho da CPL, onde ficou definido que as novas licitações terão obrigatoriamente em seus editais, quando couber, descrições dos critérios necessários à sustentabilidade ambiental, de acordo com a IN-SLTI-01/2010.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram e/ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:	Código SIORG		
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe	2207		
Recomendações do OCI			

Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
02	201108838 - 2ª PARTE	3.1.1.1 – CONSTATAÇÃO: (001) Desatualização das informações contidas no SPIUnet sobre Bens de Uso Especial da União sob responsabilidade da Unidade.	Ofício nº 22.520/2011-CGU- Regional/SE/CGU-PR, de 09/08/2011	

Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe			2207

Descrição da Recomendação: 1

Elaborar cronograma incluindo todos os imóveis da FUNASA em Sergipe classificando-os de acordo com as pendências apresentadas e o grau de dificuldade de solução das mesmas. Apresentar os prazos, especificando cada etapa, quando for o caso, previstos para regularização das pendências e atualização das informações no SPIUnet. Incluir nas pendências citadas os imóveis ocupados sem termos cessão, cedidos com desvio de finalidade e os ociosos, sem destinação específica.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Administração/Sopat/Suest/SE	

Síntese da providência adotada:

Em atendimento à Recomendação acima citada foi encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 86/Gab/Suest/SE, de 09/09/2011, a planilha identificada como ANEXO I, constando todos os imóveis pendentes de atualização no SPIUnet, com cronograma de atividades e prazos de atendimento.

Informamos ainda, que foi constituída uma Força Tarefa por meio da Portaria nº 237 de 08/08/2011, para atuar junto ao Setor de Patrimônio desta Suest/SE, de forma que, os responsáveis pelo Setor pudessem dispor de mais tempo para realizar, efetivamente, a atualização do cadastro no SPIUNET.

Síntese dos resultados obtidos

As avaliações e atualizações de todos os nossos imóveis, já foram devidamente cadastradas no SPIUnet.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram e/ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Positivos: a facilidade e agilidade do lançamento das reavaliações dos imóveis no SPIUnet, de forma sintomática no SIAFI.

Negativos: o tempo disponibilizado para atualização dos dados dos imóveis no SPIUnet é curto.

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadros A.15.4 - Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denomina	Denominação completa: Código SIORG				
Superinter	Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe 2207				
		Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comuni	icação Expedida	
01	201108838 - 2ª PARTE	3.1.1.2 – CONSTATAÇÃO: (004) Ausência de regularização de imóveis pertencentes à Unidade. Atendimento parcial à recomendação 001 do item 3.1.1.4 do Relatório de Auditoria nº 224419.	Regional	22.520/2011-CGU- /SE/CGU-PR, de 9/08/2011	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe 2207				2207	

Descrição da Recomendação: 1

Elaborar cronograma incluindo todos os imóveis da FUNASA em Sergipe classificando-os de acordo com as pendências apresentadas e o grau de dificuldade de solução das mesmas. Apresentar os prazos, especificando cada etapa, quando for o caso, previstos para regularização das pendências e atualização das informações no SPIUnet. Incluir nas pendências citadas os imóveis ocupados sem termos cessão, cedidos com desvio de finalidade e os ociosos, sem destinação específica.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Administração/Sopat/Suest/SE	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Em atendimento à Recomendação acima citada foi encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 86/Gab/Suest/SE, de 09/09/2011, a planilha identificada como ANEXO II constando todos os imóveis pendentes de regularização, com cronograma de atividades e prazos de atendimento, porém, não foi possível a regularização no exercício, dos 81 (oitenta e um) imóveis, tendo em vista que eles tiveram suas áreas construídas ampliadas nos últimos anos, dessa forma, os imóveis que já se encontravam na situação "Regular" voltaram para a situação "Em Regularização". Desse total, 09 (nove) permanecem como "Irregular", 62 (sessenta e dois) como "Em Regularização" e 10 (dez) devidamente "Regularizados".

Cabe ressaltar que, o Setor de Patrimônio junto com a Força Tarefa atuou na elaboração e encaminhando de ofícios aos Cartórios e às Prefeituras Municipais (todos reiterados), bem como manteve persistentes contatos telefônicos, solicitando toda a documentação necessária para regularização dos referidos imóveis, em conformidade com as novas exigências da Receita Federal (fornecimento de CND para efeito de averbação de prédios), no entanto, apenas cerca de 25% atenderam as solicitações. Além disso, com relação aos 09 (nove) imóveis considerados como irregulares, foram abertos processos individualizados, os quais foram analisados pela Procuradoria Federal/SE e, em seguida, encaminhados à Presidência da Funasa para pronunciamento conclusivo.

Chamamos ainda atenção para as dificuldades enfrentadas por esta Superintendência no exercício em referência, no tocante à regularização desses imóveis, que perpassaram desde a insuficiência e/ou disponibilidade de profissionais técnicos qualificados, como topógrafo e engenheiro; até o fornecimento de documentos exigidos no processo de regularização, por parte das Prefeituras, Cartórios e Receita Federal; além da dificuldade enfrentada internamente com relação aos deslocamentos aos municípios, da equipe responsável pela regularização dos imóveis junto aos cartórios e/ou prefeituras, por conta da limitação das 40 diárias por servidor, estabelecida por meio do Decreto nº 7.446 de 01/03/2011, que ocasionou a falta de motoristas para tal finalidade.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Negativos: dificuldades em adquirir junto as Prefeituras Municipais as documentações exigidas para regularização dos imóveis, inclusive a emissão da CND pela Receita Federal.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:	Código SIORG		
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe	2207		
Recomendações do OCI			

recomendações do OCI				
Recomendações	expedidas	pelo OCI		

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201108838 - 2ª PARTE	3.1.1.3 – CONSTATAÇÃO: (005) Imóveis ocupados por terceiros sem o respectivo instrumento de cessão.	Ofício nº 22.520/2011-CGU- Regional/SE/CGU-PR, de

Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
Superintendência Estadual da Funasa no	o Estado de Sergipe	2207

09/08/2011

Descrição da Recomendação: 1

Elaborar cronograma incluindo todos os imóveis da FUNASA em Sergipe classificando-os de acordo com as pendências apresentadas e o grau de dificuldade de solução das mesmas. Apresentar os prazos, especificando cada etapa, quando for o caso, previstos para regularização das pendências e atualização das informações no SPIUnet. Incluir nas pendências citadas os imóveis ocupados sem termos cessão, cedidos com desvio de finalidade e os ociosos, sem destinação específica.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Administração/Sopat/Suest/SE	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Em atendimento à Recomendação acima citada foi encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 86/Gab/Suest/SE, de 09/09/2011, a planilha identificada como ANEXO III, constando o imóvel localizado no município de Pedra Mole/SE, com cronograma de atividades e prazo de atendimento indeterminado, devido à complexidade da situação peculiar desse imóvel. O terreno foi doado na época a ex-FSESP para funcionar um Posto de Saúde, o qual nunca foi construído, o que motivou o Prefeito atual a solicitar a devolução do imóvel. Diante do pleito municipal foi aberto o Processo nº 25.280.006.371/2010-15, que foi analisado pela Procuradoria Federal/SE e encaminhado em 07/07/2011, à Presidência da Funasa para decisão final, pois extrapola a competência desta Superintendência.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Negativos: A regularização do referido imóvel foge à governabilidade desta Suest/SE.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe	2207

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03		3.1.1.3 – CONSTATAÇÃO: (006) Imóveis cedidos a terceiros com desvio de finalidade e sem formalização dos instrumentos de cessão.	Ofício nº 22.520/2011-CGU- Regional/SE/CGU-PR, de 09/08/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe	2207

Descrição da Recomendação: 1

Elaborar cronograma incluindo todos os imóveis da FUNASA em Sergipe classificando-os de acordo com as pendências apresentadas e o grau de dificuldade de solução das mesmas. Apresentar os prazos, especificando cada etapa, quando for o caso, previstos para regularização das pendências e atualização das informações no SPIUnet. Incluir nas pendências citadas os imóveis ocupados sem termos cessão, cedidos com desvio de finalidade e os ociosos, sem destinação específica.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Administração/Sopat/Suest/SE	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Em atendimento à Recomendação acima citada foi encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 86/Gab/Suest/SE, de 09/09/2011, a planilha identificada como ANEXO IV, constando todos os imóveis pendentes de regularização junto as Prefeituras Municipais, quanto ao desvio da finalidade de uso, com cronograma de atividades a serem implementadas e prazos de atendimento.

Existem 03 (três) imóveis localizados nos municípios de Feira Nova/SE, Itabaianinha/SE e São Francisco/SE, com desvio de finalidade entre o uso atual e o pactuado nos respectivos Termos de Cessão de Uso.

A regularização dos citados imóveis ficou na dependência dos posicionamentos dos Prefeitos Municipais de Feira Nova/SE, Itabaianinha/SE e São Francisco/SE, acerca dos Ofícios enviados nºs 46, 56 e 59/2011/Sopat/Salog/Diadm/Suest/SE, datados respectivamente de 24, 26 e 29/08/2011, nos quais esta Suest/SE solicitou as justificativas com relação ao desvio da finalidade de uso dos imóveis. Apenas o município de São Francisco respondeu por meio do Ofício nº 220/2011, protocolado nesta Superintendência em 22/11/2011, cujo processo de regularização da finalidade de uso do Termo de Cessão de Uso encontra-se em andamento. Quanto aos outros dois municípios, apesar dos diversos contatos telefônicos mantidos, não se pronunciaram oficialmente até a presente data.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Negativos: a limitação das 40 diárias por servidor, estabelecida por meio do Decreto nº 7.446 de 01/03/2011, que ocasionou a indisponibilidade motoristas para conduzir servidores em viagens a serviço.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa: Código	
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe	2207

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201108838 - 2ª PARTE	3.1.1.3 – CONSTATAÇÃO: (007) Existência de imóveis ociosos e sem destinação especificada.	Ofício nº 22.520/2011-CGU- Regional/SE/CGU-PR, de 09/08/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Sergipe	2207

Descrição da Recomendação: 1

Elaborar cronograma incluindo todos os imóveis da FUNASA em Sergipe classificando-os de acordo com as pendências apresentadas e o grau de dificuldade de solução das mesmas. Apresentar os prazos, especificando cada etapa, quando for o caso, previstos para regularização das pendências e atualização das informações no SPIUnet. Incluir nas pendências citadas os imóveis ocupados sem termos cessão, cedidos com desvio de finalidade e os ociosos, sem destinação específica.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	
Divisão de Administração/Sopat/Suest/SE	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Em atendimento à Recomendação acima citada foi encaminhada à CGU por meio do Ofício nº 86/Gab/Suest/SE, de 09/09/2011, a planilha identificada como ANEXO V, onde consta o imóvel localizado no município de Pedra Mole/SE, pendente de regularização junto à Presidência da Funasa, com cronograma de atividades e prazos de atendimento.

O referido imóvel se encontra ocioso, porém, ocupado em parte por moradores, que construíram 02 (duas) casas residenciais. Trata-se de um terreno que foi doado à época, pela Prefeitura de Pedra Mole/SE à ex-FSESP, objetivando a construção de um Posto de Saúde, o que não ocorreu. Sendo assim, o Prefeito atual por meio do Ofício nº. 56/2011, de 22/03/2011, solicitou a sua devolução, para que o mesmo fosse utilizado em benefício da população.

Diante da solicitação do gestor municipal e, tendo esta Suest/SE se manifestado favorável a doação (devolução) do referido imóvel em questão ao município de Pedra Mole, foi instruído o Processo nº 25.280.006.371/2010-15, que foi analisado pela Procuradoria Federal/SE e encaminhado em 07/07/2011, à Presidência da Funasa para decisão final, pois extrapola a competência desta Superintendência.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Negativos: A regularização do referido imóvel foge à governabilidade desta Suest/SE.

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

16.1 Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendidas no exercício

Quadros A.16.1 – Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074
Data do Relatório de Auditoria	14 de fevereiro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	3.2.1 Execução Orçamentária
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
Descrição da Recomendação	Deverá viabilizar tempestivamente, medidas pertinentes, de modo a utilizar todo o crédito disponibilizado, evitando a devolução à Presidência da FUNASA.

Providências adotadas pela unidade interna responsável

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Síntese das providências adotadas

Foi realizada reunião entre o Superintendente Estadual e todas as chefias de Divisões e Serviços, com o objetivo de se chegar a uma data limite para abertura dos processos relativos ao exercício 2011, com vista à adoção de critérios necessários quanto à agilização dos mesmos, com envolvimento de todas as áreas da Suest/SE, onde ficou determinado o prazo final ate o mês de outubro/2011, para abertura dos referidos processos, para se evitar possíveis devoluções de recursos orçamentários. Mesmo assim, as medidas adotadas não foram suficientes para o cumprimento integral no exercício em referência da presente Recomendação.

Síntese dos resultados obtidos

Apesar do empenho das equipes responsáveis pela instrução e condução dos processos licitatórios, alguns fatos provocaram a devolução de parte dos créditos orçamentários, sendo esses: o ganho significativo no preço com a aquisição da unidade móvel (laboratório de controle de qualidade da água) e a não concretização dos pregões referentes a manutenção predial e elaboração de laudos periciais (estrutural, rede elétrica e dados/voz).

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Negativos: dificuldade, na realização das pesquisas de preços de mercado e o retardamento na liberação de parte dos recursos orçamentários pela Presidência da Funasa.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna					
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074				
Data do Relatório de Auditoria	14 de fevereiro de 2011				
Item do Relatório de Auditoria	3.2.3 Pagamento de Diárias à Colaborador Eventual:				
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011				
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe				
Descrição da Recomendação	A Superintendência/SE deverá evitar estas despesas, uma vez que as diárias de colaboradores eventuais é concedida apenas aquele profissional dotado de capacidade técnica especifica.				

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Síntese das providências adotadas

Em atendimento à Recomendação dessa Auditoria não foi efetuada no exercício em referência nenhuma despesa dessa natureza.

Síntese dos resultados obtidos

Situação regularizada, tendo em vista que não mais vem sendo utilizada nesta Suest/SE, a prática de pagamento de diárias em desacordo com a Nota Auditoria nº 04/1999.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna					
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074				
Data do Relatório de Auditoria	14 de fevereiro de 2011				
Item do Relatório de Auditoria	3.2.4 Reconhecimento de Dívidas				
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011				
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe				
Descrição da Recomendação	 a) Adotar como prática o contido no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, c.c. com o contido nos artigos 2° e 3° da Lei n° 8.666/93, onde dispõem que a Administração Pública deverá proceder aquisições amparadas em processos regulares de licitação; b) Otimizar o planejamento para suas aquisições e honrar com os pagamentos de suas despesas nas datas de seus vencimentos; c) Adotar as providências, visando promover a apuração das causas determinantes à ocorrência de realização de despesas sem lastro financeiro, sem adoção de processos licitatórios e contratos, e consequentemente sem o empenhamento prévio, em desacordo com as Leis n°s 4.320/64 e 8.666/93. 				

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Síntese das providências adotadas

- a) Durante o exercício todas as aquisições foram efetuadas de acordo com a Recomendação dessa Auditoria.
- b) A recomendação foi devidamente acatada.
- c) Em atendimento à Recomendação, foi realizada pela área administrativa desta Suest, uma minuciosa pesquisa, onde não foi identificada nenhuma despesa ocorrida no exercício auditado, sem lastro financeiro, bem como, sem adoção de processos licitatórios e contratos.

Síntese dos resultados obtidos

Situações devidamente regularizadas.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna					
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074				
Data do Relatório de Auditoria	14 de fevereiro de 2011				
Item do Relatório de Auditoria	3.2.5 Restos a Pagar				
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011				
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe				
Descrição da Recomendação	Promover levantamento dos empenhos de "Restos a Pagar" e verificar junto às áreas competentes quais os que devem ser cancelados, se for o caso, para a devida regularização no SIAFI.				

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Síntese das providências adotadas

A Divisão de Administração em conjunto com as áreas competentes procedeu o levantamento dos referidos saldos, sendo posteriormente efetuada a baixa dos saldos da conta de restos a pagar no SIAFI.

Síntese dos resultados obtidos

Situação regularizada no SIAFI.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna					
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074				
Data do Relatório de Auditoria	14 de fevereiro de 2011				
Item do Relatório de Auditoria	3.2.6.2.1 Pregão Eletrônico nº 09/2007, Processo nº 25280.002.442/2007–05, PBS nº 24/2007, de 30.05.2007, tendo como objeto a contratação de serviços de Limpeza, para atender a SUEST/SE, Contrato nº 08/2007.				
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011				
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe				
Descrição da Recomendação	a) Proceder levantamento dos valores pagos no Contrato 08/2007, com vistas a identificar pagamentos relativos aos tributos mencionados na Nota Técnica PGF/PGF/PF/FUNASA nº 09/2009, para fins de ressarcimento. Proceda-se ainda ao levantamento das planilhas de custos de todos os contratos que se enquadram na orientação da referida Nota Técnica. b) Providenciar o reembolso por parte da Empresa Estrela do valor de R\$ R\$ 4.563,80, pago pela Ordem Bancária nº 2009OB800951 de 31 de agosto de 2009, referente à nota fiscal 175 de 26 de agosto de 2009 - tendo em vista ser improcedente o pagamento retroativo de valores referente à segunda repactuação. c)Providenciar o reembolso por parte da Empresa Estrela do valor de R\$ R\$ 4.563,80, pago pela Ordem Bancária nº 2009OB800951 de 31 de agosto de 2009, referente à nota fiscal 175 de 26 de agosto de 2009 - tendo em vista ser improcedente o pagamento retroativo de valores referente à segunda repactuação.				

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Síntese das providências adotadas

- a) Foi efetuado o levantamento de todos os processos envolvendo mão-de-obra de acordo com a Recomendação dessa Auditoria.
- b) O valor pago indevidamente a maior já foi reembolsado pela empresa Estrela Serviços Terceirizados Ltda. Integralmente.
- c) as medidas já foram devidamente adequadas de acordo com a Recomendação dessa Auditoria..

Síntese dos resultados obtidos

Situações devidamente regularizadas.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna					
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074				
Data do Relatório de Auditoria	14 de fevereiro de 2011				
Item do Relatório de Auditoria	3.2.6.2.1.2 Reconhecimento de Dívida referente à Repactuação contratual firmada após Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe – SINDECESE no período de 01/04/2008 a 31/08/2008 (fl. 01) com a empresa Planejamento e Consultoria – Plansul – CNPJ: 78.533.312/0001 - 58 (fl. 01), Processo número 25280.003.016/2008 – 61, tendo origem no Memorando nº 118/Seadm/Gab/Core/SE de 04/09/2008.				
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011				
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe				
Descrição da Recomendação	De acordo com o Acórdão do TCU, evitar pagamentos retroativos advindos de repactuação, e se abster de efetuar qualquer repactuação com efeitos financeiros retroativos em todos os seus contratos administrativos vigentes.				

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Síntese das providências adotadas

A Divisão de Administração por meio de sua área competente vem cumprimento fielmente as recomendações oriundas da Procuradoria Federal/SE no tocante as repactuações .

Síntese dos resultados obtidos

Situação devidamente regularizada.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna					
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074				
Data do Relatório de Auditoria	14 de fevereiro de 2011				
Item do Relatório de Auditoria	3.2.6.2.3.1 Termos Aditivos				
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011				
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe				
Descrição da Recomendação	 a) Que doravante observe atentamente o correto procedimento formal, como por exemplo, a numeração do processo, para que os mesmos obedeçam a uma sequência lógica; b) Que doravante acoste aos autos as portarias de nomeação dos servidores nomeados como fiscais dos contratos; c) Que demonstre por meio de documentação, que as pendências relativas aos salários dos vigilantes foram sanadas; d) Que justifique a prorrogação do contrato nº 05/2004, mesmo com o relato do fiscal da existência de pendências nas folhas de pagamento da empresa prestadora do serviço; e) Que doravante verifique a tempestividade quanto aos encaminhamentos dos pleitos a PGF; f) Que demonstre por meio de documentação, quais providências adotadas para solucionar a questão do sinistro ocorrido com os veículos da SUEST/SE estacionados no pátio da instituição. 				

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Síntese das providências adotadas

As Recomendações elencadas nas alíneas a); b); c); d); e) e f), já foram devidamente atendidas e comprovadas junto à Auditoria Interna da Funasa.

Síntese dos resultados obtidos

Todas as pendências relacionadas foram devidamente regularizadas.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna						
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074					
Data do Relatório de Auditoria	14 de fevereiro de 2011					
Item do Relatório de Auditoria	3.2.6.2.4 Pregão Presencial Nº 01/2008, Processo nº 25280.000.249/2008 – 11. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e fornecimento de peças e de reboque, nos veículos na Superintendência do Estado de Sergipe. PBS nº 01/2008 DIADM/SALOG de 28.01.2008.					
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011					
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe					
Descrição da Recomendação	Que doravante, por meio da Salog, da Comissão Permanente de Licitação, e dos Pregoeiros indicados para conduzirem os procedimentos licitatórios, verifiquem corretamente os parâmetros de valores a serem exigidos no âmbito das licitações (pregões), para contratação dos serviços de manutenção de veículos, sobretudo no item relativo ao fornecimento de peças, e o percentual de desconto a ser praticado no futuro contrato administrativo.					

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Síntese das providências adotadas

As providências para regularização das pendências foram adotadas pelas áreas competentes de acordo com a Recomendação da Auditoria Interna da Funasa

Síntese dos resultados obtidos

Situação devidamente regularizada.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna					
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074				
Data do Relatório de Auditoria	14 de fevereiro de 2011				
Item do Relatório de Auditoria	3.2.7 Aquisição por Suprimentos de Fundos				
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011				
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe				
Descrição da Recomendação	Envidar esforços de forma que as aquisições de materiais e serviços sejam preferencialmente realizados por meio de certames licitatórios, lembrando que a concessão de suprimentos de fundos deverá atender ao que determina o Decreto nº 93.872/86, alterado pelo Decreto nº 2.289/97 e o contido na Portaria nº 492, de 31.8.1993, e deverão ser utilizados apenas para as despesas que, pela excepcionalidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.				

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Síntese das providências adotadas

Seguindo orientação dessa Auditoria, todas as aquisições efetuadas através de suprimento de fundos, vem sendo autorizadas somente em situações que caracterizem emergência.

Síntese dos resultados obtidos

Situação devidamente regularizada.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

16.2 Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

Quadros A.16.2 – Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna				
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074			
Item do Relatório de Auditoria	3.2.1 Execução Orçamentária			
Comunicação Expedida	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011			
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe			
Descrição da Recomendação	Deverá viabilizar tempestivamente, medidas pertinentes, de modo a utilizar todo o crédito disponibilizado, evitando a devolução à Presidência da FUNASA.			
Justificativas da unidade interna responsável				
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação				
Divisão de Administração/Suest/SE				

Justificativas para o não atendimento

Foi realizada reunião entre o Superintendente Estadual e todas as chefias de Divisões e Serviços, com o objetivo de se chegar a uma data limite para abertura dos processos relativos ao exercício 2011, com vista à adoção de critérios necessários quanto a agilização dos mesmos, com envolvimento de todas as áreas da Suest/SE, onde ficou determinado o prazo final ate o mês de outubro/2011, para abertura dos referidos processos, para se evitar possíveis devoluções de recursos orçamentários. Mesmo assim, as medidas adotadas não foram suficientes para o cumprimento integral no exercício em referência da presente Recomendação.

Apesar do empenho das equipes responsáveis pela instrução e condução dos processos licitatórios, alguns fatos provocaram a devolução de parte dos créditos orçamentários, sendo esses: o ganho significativo no preço com a aquisição da unidade móvel (laboratório de controle de qualidade da água) e a não concretização dos pregões referentes à manutenção predial e elaboração de laudos periciais (estrutural, rede elétrica e dados/voz).

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna					
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074				
Item do Relatório de Auditoria	3.2.2 Balancete Contábil				
Comunicação Expedida	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011				
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe				
Descrição da Recomendação	Deverá regularizar os saldos (baixa) das contas, uma vez que as mesmas são de natureza transitória.				

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Justificativas para o não atendimento

Com relação a Conta 2.9.5.1.1.01.00 a situação está regularizada, conforme Notas de Empenhos 2010NE000064, 2011NE000014 e 2011NE000015.

Quanto a Conta 1.9.9.9.3.01.00, a Divisão de Administração através do Setor de Patrimônio, por diversas vezes, interviu por meio de Memorandos, junto a Divisão de Engenharia desta Superintendência, quanto ao fornecimento dos Termos de Encerramento Definitivos das Obras, termos esses necessários para fins de regularização da referida conta, o que não se obteve êxito durante o exercício de 2011. Devido o alto grau de dificuldade para a regularização da pendência no nível local, será solicitado apoio das áreas competentes da Presidência da Funasa, a fim de atuar junto a esta Suest/SE, na solução do problema, que persiste há décadas.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna						
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074					
Item do Relatório de Auditoria	3.2.6.2.2 Pregão Eletrônico/Presencial nº 11/2007 Processo 25280.003.133/2007 - 44 – PBS 27/2007, de 20.07.2007. Contratos 10 e 11/2007, visando contratação de serviços de Empresas especializadas para prestação de serviços, mediante locação de mão de obra de serviços: 07 postos de auxiliares de serviços de auxiliar de serviços administrativos e 05 motoristas.					
Comunicação Expedida	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011					
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe					
Descrição da Recomendação	 a) Proceder o levantamento de valores pagos indevidamente às empresas, a título de: IR COFINS e CPMF, constantes nas planilhas de custos, com o objetivo de buscar o ressarcimento desses valores conforme determinação da Nota Técnica PGF/PGF/PF/FUNASA nº 09/2009; b) Cumprir a determinação da Portaria nº 311, de 31 de dezembro de 2008 promovendo o retorno dos servidores cedidos. 					
Justificativas da unidade interna responsável						

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

- a) A situação da CPMF já foi devidamente regularizada e comprovada junto à CGU/SE. Quanto ao levantamento do IR e COFINS, foi aberto o processo nº 25280.002.636/2011-89, cujo cálculo foi realizado e as empresas devedoras notificadas a procederem os ressarcimentos, porém até a presente data, nenhuma delas se pronunciou.
- b) De acordo com a Portaria nº 1659/2010, de 29/06/2010, publicada no DOU de 02/07/2010, que trata da redistribuição para o Ministério da Saúde, dos servidores que se encontravam na condição de cedidos ao SUS para desenvolverem atividades de combate e controle de endemias, todos esses servidores, inclusive os motoristas, tiveram suas redistribuições efetivadas no SIAPE, no mês de fevereiro de 2011, sendo assim, os referidos servidores não fazem mais parte do quadro efetivo de pessoal desta Funasa/SE.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna					
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de A	Relatório de Auditoria nº 2010/074			
Item do Relatório de Auditoria	3.2.6.2.3.2 Pa Quadro por a Nota Fiscal (n°) 7786 e 7787 7970 e 7971 8051 8157 e 8158	mostragem. Mês/ Referência Novembro/2007 Janeiro/2008 Fevereiro/2008 Março/2008	Ordem Bancária 2007OB900971 (R\$ 12.642,06) 2008OB900121 (R\$ 12.642,06) 2008OB900189 (R\$ 12.642,06) 2008OB900247 (R\$ 12.642,06)	Recolhimentos 2007GP90007 (R\$ 1.748,11); 2007DF900255 (R\$ 1.501,79). 2008DF900052 (R\$ 1.501,79); 2008GP900026 (R\$ 1.748,11). 2008GP900033 (R\$ 1.748,11); 2008DF900070 (R\$ 1.501,79). 2008DF900079 (R\$ 1.501,79); 2008GP900037 (R\$ 1.748,11).	
Comunicação Expedida	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011				
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe				
Descrição da Recomendação	Que informe, se a empresa atendeu a contento o oficio nº 21 Seadm/Core/SE, de 11.08.2008, quanto ao correto recolhimento dos tributos incidentes sobre a folha de pagamento por parte da contratada, apresentando a documentação pertinente.				

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Suest/SE

Justificativas para o não atendimento

Devido a Empresa Nordeste Segurança não ter atendido a solicitação desta Suest, até a presente data, estaremos emitindo uma Notificação determinando o prazo para atendimento, caso a mesma não cumpra, o fato será encaminhado à Procuradoria Federal para posicionamento acerca das medidas a serem adotadas.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna		
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074	
Item do Relatório de Auditoria	3.2.8.1 Setor de Patrimônio	
Comunicação Expedida	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe	
Descrição da Recomendação	a) Quando da realização do inventário de cada exercício deverá ter o cuidado de realizar a reavaliação e atualização dos bens Imóveis no SPIUNET e SIAFI, como também, a regularização perante os cartórios; b) Deverá tomar as providências necessárias quanto à regularização das contas acima mencionadas, uma vez que são contas transitórias e que não deveriam permanecer por muito tempo pendentes; c) Deverá de imediato formalizar um processo de Leilão/Doação, visando desocupar a sede da Superintendência que se encontra com os bens estocados pelos corredores, uma vez que foram substituídos pelos novos; d) Quando da realização do inventário de cada exercício, a Superintendência deverá providenciar as assinaturas de todos os Termos de Responsabilidades; e) Deverá realizar as transferências dos Imóveis que estão em Termos de Comodatos para Termos de Cessão de Uso, conforme determina o Memorando Circular nº 21/SEPAT/COMAP/CGLOG de 27.05.2010; f) Quando da realização de Leilão, encaminhar o processo à Presidência para analise, conforme determina o Memorando Circular CGLOG nº 08/2001; g) Com a não realização dos inventários nos exercícios de 2008 e 2009, pelo Setor de Patrimônio restou configurado uma irregularidade, com a desatualização do levantamento dos bens, o que poderá causar prejuízos ao erário, sendo assim, está equipe de auditoria recomenda que a COREG/AUDIT, apure as responsabilidades de quem deu causa, uma vez que a CGLOG encaminha todo final de exercício, Memorando Circular as CORE'S informando como se deve proceder para realizar o levantamento em questão.	

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Sopat/Suest/SE

- a) A atualização dos bens imóveis no SPIUNET e SIAFI já foram devidamente efetuadas. Quanto à regularização perante os cartórios, depende de documentações a serem emitidas pelos Cartórios, Prefeituras, Receita Federal e Justiça, o que implica numa maior demanda de tempo e dificuldades a serem enfrentadas, principalmente com relação aos imóveis irregulares, pois não existem quaisquer documentações cartoriais que comprovem o domínio desses.
- b) Devido à complexidade da situação, não foi possível proceder à regularização das citadas contas, durante o exercício de 2011.
- c) Todos os bens já foram acondicionados na sala de depósito do Setor de Patrimônio desta Superintendência, porém o processo de Leilão/Doação dos referidos bens, apesar de ter sido criada uma Comissão no âmbito desta Suest/SE para tal finalidade, o mesmo não foi adiante por conta da inoperância do nosso Sistema de Controle Patrimonial ASIWEB, o qual foi substituído pelo MS-SIPAT, em novembro/2011. Cabe destacar que, o novo sistema implantado, ainda não oferece as condições necessárias para a regularização da situação pendente.
- d) O Setor de Patrimônio desta Suest atualizou manualmente todos os Termos de Responsabilidades, os quais se encontram devidamente assinados pelos respectivos responsáveis.
- e) Situação regularizada, tendo em vista que todos os imóveis em Comodatos já foram transferidos para Termos de Cessão de Uso, conforme determina o Memorando Circular nº 21/SEPAT/COMAP/CGLOG de 27.05.2010.
- f) O presidente da Comissão de Desfazimento de Bens e Leilão já fora orientado quanto à obrigatoriedade do envio dos referidos processos para a Presidência da Funasa.
- g) Os inventários dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, já foram devidamente concluídos e encaminhados para o Deadm/Cglog/Comap/Funasa/Presi.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna		
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074	
Item do Relatório de Auditoria	3.2.8.2 Setor de Almoxarifado	
Comunicação Expedida	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe	
Descrição da Recomendação	a) Que providencie um local apropriado para estocagem dos bens de consumo adquiridos, como também, realizar o ajustamento de todas as fichas de prateleiras, os registros de todos os lançamentos referentes as entradas e saídas de materiais no ASIWEB, que as Guias de Remessa de Materiais sejam identificadas pelo Chefe do Setor de Almoxarifado e setores requisitantes e que as Guias de Remessa de Materiais sejam arquivadas em pasta apropriada, observando-se a ordem cronológica de numeração; b) Que proceda os ajustes das Contas Contábeis entre o SIAFI e o ASIWEB, e ainda providencie a conciliação dos saldos físicos existentes no almoxarifado. Ressalte-se que o não atendimento desta recomendação ensejará em apuração de responsabilidade do agente público que deu causa. c) Que atente para o fato de que envio dos inventários relativos ao encerramento do exercício, para os respectivos Setores da Presidência, deverá ocorrer até o dia 05 de janeiro do exercício subseqüente, sob pena de responsabilização do gestor.	

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Sopat/Suest/SE

- a) Com relação às fichas de prateleiras, os registros de todos os lançamentos no ASIWEB e as Guias de Remessa de Materiais, todas estas pendências já foram devidamente sanadas, conforme recomendado por essa Auditoria. Quanto ao local para apropriado para estocagem dos bens de consumo adquiridos , não foi possível atender a recomendação dessa Auditoria tendo em vista a indisponibilidade de espaço físico para tal finalidade.
- b) Quanto às irregularidades apontadas entre as contas SIAFI a ASIWEB, elas se encontram totalmente ajustadas. O que permanece com pendência são algumas contas referentes aos saldos físicos, oriundas de gestões anteriores há mais de 10 anos, as quais já foram citadas em Processos Judicais, de Sindicância e Disciplinar; Relatórios de Auditorias e Inventários de Materiais, restando tão somente, a regularização da baixa de seus saldos no SIAFI e ASIWEB.
- c) Todas as medidas foram adotadas com relação ao envio dos inventários em atendimento à recomendação dessa Auditoria.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna		
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria nº 2010/074	
Item do Relatório de Auditoria	3.2.8.3 Setor de Transportes	
Comunicação Expedida	Memorando nº 377/GAB/AUDIT/PRESI, de 24/02/2011	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe	
Descrição da Recomendação	 a) Atualizar o Sistema SICOTWEB desde 2006. Caso esta recomendação não seja atendida será apurado responsabilidade de quem lhe deu causa; b) Providenciar a transferência de propriedade dos veículos doados para os municípios, junto ao DETRAN-SE. 	
Justificativas da unidade interna responsável		

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Divisão de Administração/Sopat/Suest/SE

- a) A atualização dos veículos no Sistema SICOTWEB já foi devidamente realizada, conforme recomendação dessa Auditoria.
- b) Do total de veículos doados, apenas 05 (cinco) estão pendentes de transferência de nome junto ao DETRAN/SE, sendo, 01(um) de Simão Dias, 03 (três) de Barra dos Coqueiros e 01(um) de São Francisco. Apesar dos esforços envidados pela atual chefia do Setor de Transportes, junto aos gestores municipais, com vista à regularização das pendências citadas, não foi possível o saneamento das mesmas no exercício em referência.

17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17.1 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado de Sergipe	255026	

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

RESTRICAO TITULO

- 102 SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB
- 104 SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.
- 163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.
- 951 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração

Local	Brasília-DF.	Data	25/01/2012
Contador Responsável	Johnson Evanice Camargo Cardoso	CRC nº	4763
Ordenador de Despesas	Lourival Júnior Alves de Superintendente Esta Assinatur FUNASAISE I		

18. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em sendo um instrumento voltado, especificamente, ao acompanhamento das ações e ou metas previamente planejadas e ou pactuadas, por intermédio de um sistema de auditoria, a qual versa sobre mecanismos de controle, e, ainda, sobre a transferência e a aplicação de recursos múltiplos e distintos, nada mais motivador do que, através dele, perceber que as ações foram executadas e as metas foram alcançadas, ainda que parcialmente.

Ao contrário, nada mais frustrante, quando - através desse instrumento analítico conclusivo - percebe-se que as ações desenhadas objetivando o alcance da solução de um determinado problema, não são plenamente operacionalizadas e que, em conseqüência, metas não foram atingidas.

É fato que ações programadas e não operacionalizadas e metas pré-definidas e não atingidas, para além dos imbróglios administrativos e funcionais que geram e dos obstáculos ao cumprimento da missão institucional que possibilitam, impedem, o que é pior, que comunidades inteiras vejam dificultado o seu acesso à cidadania, haja vista o extraordinário elenco para promoção da saúde que somos portadores.

Como já explicitado e justificado, aqui na Suest-SE algumas ações não foram executadas e metas não foram atingidas, no entanto não nos sentimos desmotivados em virtude das ações plenamente executadas, das metas atingidas e dos objetivos alcançados — apesar dos problemas históricos enfrentados, responsáveis por cenários não muito positivos e que já são de há muito conhecidos.

Além do mais, a certeza de novos e bons ventos soprando a favor da desburocratização, da eficiência e da abrangente incumbência institucional - quer em nível da Presidência como da Suest-SE, e da aquisição da nova ferramenta de planejamento que está a nos subsidiar, ultrapassaremos com maior facilidade os obstáculos antigos que não têm contribuído para o pleno cumprimento da nossa Missão.

Essa certeza é, sem dúvida, nossa maior motivação. O nosso maior desafio.

O nosso Planejamento 2012 em curso está sendo capaz de identificar os principais problemas a serem enfrentados e de possibilitar elaborar ações concretas na busca de soluções.

Aguardemos, portanto, o Relatório de Gestão 2012.







